



Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE MARÇO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 13.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1990.
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Geronte Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, as aparências demonstram que não há número legal para nós trabalharmos na sessão de hoje.

É com base nisso que eu requeiro a verificação de votação da Ata.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu pediria ao Deputado Pedro Tonelli que esperasse mais um pouco porque nós temos o companheiro suplente do PDS que toma posse nesta tarde e que ficaria até constrangedor para ele porque está toda a sua equipe aqui, da sua região.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Esse mesmo apelo esta Presidência faz a Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro então que a Presidência formalize a posse do nobre colega e depois proceda à verificação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Não. Após a aprovação da Ata esta presidência dá posse ao nobre Deputado e, posteriormente Vossa Excelência tem a oportunidade de pedir a verificação.

O SR. PEDRO TONELLI - Já fica requerida então.
Agradeço Senhor Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, agradeço ao Deputado Pedro Tonelli, para que nosso companheiro Duílio Genari possa tomar posse.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está aprovada a Ata.
Esta Presidência convida o Sr. 1º Secretário para que faça a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Algaci Túlio) - (Lê Expediente):

VEREADORES DE TOLEDO - BANCADA DO P.D.S.

Excelentíssimos Senhores:

LUIZ FRITZEN - líder da bancada
DÁRIO GERARI
LUIZ CARLOS JOHANN
LIRIO CONTE
VITÓRIO BOEFF
MANOEL JOSÉ INÁCIO

PRESIDENTE DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DO P.D.S.

OLAVO ROHDE

Outras presenças:

DR. JOÃO KLEIN
DR. VILMAR MACHIAVELLI
SR. VALDOMIRO GIACOMAZZO
SR. ADEMIR GENARI
D. AZELIA GENARI - Esposa do Deputado
MARCOS VINICIUS
ALVES MEYER
JULIANA MEYER

O SR. SABINO CAMPOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu queria em nosso nome, dar as boas vindas ao novo Deputado Duílio Genari que hoje se empossa, vindo com isso engrandecer esta Assembléia e, acima de tudo, vem com isso fortificar o nome de Toledo e do Oeste do Paraná na Assembléia Legislativa.

As nossas boas vindas, à presença de todas as autoridades e convidados já nominados. Que juntos possamos continuar trabalhando pelo Oeste do Paraná.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, somente para nos somarmos às palavras dos demais Deputados que nos antecederam para neste oportunidade podermos cumprimentar o ilustre Deputado Duílio Genari que toma posse nesta data.

Nós, como representantes do Oeste do Paraná, tivemos a oportunidade de conhecer o grande administrador, o grande político, mas acima de tudo, a grande figura humana que é Duílio Genari.

Por outro lado, a bancada do Oeste do Paraná com assento nesta Casa se sente hoje engrandecida por poder contar em nossas fileiras com a figura ilustre de Duílio Genari.

O Oeste do Paraná está mais fortalecido e nós temos certeza de que a presença de Duílio Genari aqui será muito importante para o nosso co-irmão município de Toledo e para toda a região Oeste do Paraná.

Duílio Genari: seja bem-vindo, seja muito feliz e tenha aqui conosco uma excelente convivência.

Muito obrigado.

Mensagens:

MENSAGEM N° 64/90

Curitiba, 26 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor NELSON PIOVESAN, o imóvel constituído do lote n° 125, da gleba n° 15, da Colônia Boa Ventura, município de

Pitanga, neste Estado, com área de 287.1786 hectares.

Após muitos anos o Estado do Paraná conseguiu anular o famoso "Grilo" Boa Ventura através de discriminatória Judicial, cancelando todas as matrículas que tinham origem no documento espúrio (Autos n° 180/82 - Comarca de Pitanga).

Com o cancelamento dessas matrículas o ITCF promoveu a medição das áreas organizando o Plano de Colonização em cumprimento ao que dispõe a Lei de Terras n° 7.055, de 04 de dezembro de 1978, ficando conseqüentemente o Estado do Paraná obrigado, através do ITCF, a atender a decisão judicial para que fossem regularizadas as áreas em nome dos ocupantes.

A citada regularização seguiu o rito da Lei de Terras, no entanto, com o advento da nova Constituição Estadual deverá haver maior participação do Poder Legislativo na efetivação dessas medidas que ficarão revestidas de todas as formalidades legais.

Nestas condições e salientando que não se trata de nova alienação e sim de áreas consideradas devolutas por decisão judicial e cuja regularização está se processando gradativamente, torna-se necessária a aprovação solicitada tendo em vista ser a medida que se impõe, na oportunidade.

Cumprir destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos Órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n° 678.074-1, no qual foram proferidos pareceres das assessorias jurídicas do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas e da Casa Civil.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 65/90

Curitiba, 26 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor LUIZ SARTÓRIO, o imóvel constituído do lote n° 14, da gleba n° 16, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 477.7124 hectares.

Após muitos anos o Estado do Paraná conseguiu anular o famoso "Grilo" Boa Ven-

tura através de Discriminatória Judicial, cancelando todas as matrículas que tinham origem no documento espúrio (Autos n° 180/82 - Comarca de Pitanga).

Com o cancelamento dessas matrículas o ITCF promoveu a medição das áreas organizando o Plano de Colonização em cumprimento ao que dispõe a Lei de Terras n° 7.055, de 04 de dezembro de 1978, ficando consequentemente o Estado do Paraná obrigado, através do ITCF, a atender a decisão judicial para que fossem regularizadas as áreas em nome dos ocupantes.

A citada regularização seguiu o rito da Lei de Terras, no entanto, com o advento da nova Constituição Estadual deverá haver maior participação do Poder Legislativo na efetivação dessas medidas que ficarão revestidas de todas as formalidades legais.

Nestas condições e salientando que não se trata de nova alienação e sim de áreas consideradas devolutas por decisão judicial e cuja regularização está se processando gradativamente, torna-se necessária a aprovação solicitada tendo em vista ser a medida que se impõe, na oportunidade.

Cumpra destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos Órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n° 731.438-8, no qual foram proferidos pareceres das assessorias jurídicas do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas e da Casa Civil.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 66/90

Curitiba, 26 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que visa obter aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e

duzentos mil cruzeiros), na Programação a cargo da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, para atender despesas conforme especificação abaixo:

- Pagamento de Precatório	Cr\$ 600.000,00
- Despesas de Auxílio	
Creche e Alimentação	Cr\$ 1.200.000,00
- Pagamento de pessoal	
contratado por tempo	
determinado	Cr\$ 1.400.000,00

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da presente suplementação é proveniente do cancelamento de dotações alocadas em capital, da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), na Programação a cargo da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica indicada igual importância para cancelamento, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos 1° e 2° desta lei, fica alterado o orçamento próprio da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, conforme anexos III e IV desta lei.

Art. 4° - Em decorrência do artigo 3° desta lei, fica aprovada a 1a. reformulação do orçamento próprio de receita por fontes, natureza da despesa e programa de trabalho, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio-Ambiente - SUREHMA, conforme anexos V, VI e VII.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O I				SUPLEMENTACAO		I
				CRS 1,00		J
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDJ	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		IPROCI
I	I					ICOP I
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I I		I I
I	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I	I I		I I
I	IMEIO-AMBIENTE	I	I	I I		I I
I	I	I	I	I I		I I
3102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I I
2176	IPROGRAMACAO A CARGO DA	I	I	I I		I I
I	ISUPERINTENDENCIA DOS RECURSOS	I	I	I I		I I
I	IMIDRICOS E MEIO AMBIENTE	I	3211.03100	ILI	1.200.000	I000GI
I	I	I	I	ILI	1.400.000	I000BI
I	I	I	I	ILI	600.000	I000SI
T O T A L				I	3.200.000	I

A N E X O I I				CANCELAMENTO		I
				CRS 1,00		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		IPROCI
I	I					ICOP I
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I I		I I
I	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I	I I		I I
I	IMEIO-AMBIENTE	I	I	I I		I I
I	I	I	I	I I		I I
3102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I I
2176	IPROGRAMACAO A CARGO DA	I	I	I I		I I
I	ISUPERINTENDENCIA DOS RECURSOS	I	I	I I		I I
I	IMIDRICOS E MEIO AMBIENTE	I	4311.02100	ILI	1.200.000	I000BI
I	I	I	I	ILI	2.000.000	I000SI
T O T A L				I	3.200.000	I

A N E X O I V				CANCELAMENTO	
				CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	VALOR	IN.DD
I	I	I	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP
3200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I
	IDENVELOVIMENTO URBANO E DO	I	I I I		I
	IMEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	I	I I I		I
	IVINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3275	ISUPERINTENDENCIA DOS RECURSOS	I	I I I		I
	INHIDRICOS E MEIO AMBIENTE -	I	I I I		I
	ISUREHMA	I	I I I		I
2179	IMANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA	I	I I I		I
	ISUREHMA	I	4120.00I00ILI	1.200.000	I000B
2181	ICONTROLE DA POLUICAO	I	4120.00I00ILI	2.000.000	I000B
T O T A L				I	3.200.000 I

36

DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		ENTIDADES VINCULADAS		ANEXO V		EM 19/03/99	
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE		SUPERINTENDENCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE - SUREHMA				PÁGINA: 01	
C O D I G O		E S P E C I F I C A C A O		F O N T E		C A T E S . E C O N O M I A	
1.0.0.0.00.00	1	RECEITAS CORRENTES					
1.6.0.0.00.00	1	RECEITA DE SERVIÇOS					
1.6.0.0.97.00	1	OUTROS SERVIÇOS					
1.6.0.0.97.02	1	OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS					
1.7.0.0.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
1.7.1.0.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS					
1.7.1.2.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS					
1.7.1.2.01.00	1	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINÁRIOS					
1.7.2.0.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS					
1.7.2.1.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO					
1.7.2.1.09.01	1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO					
1.7.2.1.09.01	1	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS					
1.7.2.2.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS					
1.7.2.2.09.00	1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS					
1.7.2.2.09.01	1	CONVENIOS COM ORGAOS ESTADUAIS					
2.0.0.0.00.00	1	RECEITAS DE CAPITAL					
2.4.0.0.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS					
2.4.1.0.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS					
2.4.1.2.00.00	1	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINÁRIOS					
2.4.1.2.01.00	1	RECURSOS DA ARRECAÇAO DO TESOURO					
2.4.1.2.01.01	1	RECURSOS DO ESTADO - RECURSOS VINCULADOS					
2.4.1.2.02.00	1	OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS - PROGRAMACAO NORMAL					
2.4.1.2.02.14	1						
				TOTAL		TOTAL	
				GERAL		GERAL	

T E S O U R O									
NATUREZA DA DESPESA		OUTRAS FONTES		ORÇAMENTO INICIAL		LIBERADO		TOTAL	
FUNTE		LIBERADO		INICIAL		LIBERADO		TOTAL	
I 00		I 00		I 00		I 00		I 00	
I 01		I 01		I 01		I 01		I 01	
I 02		I 02		I 02		I 02		I 02	
I 03		I 03		I 03		I 03		I 03	
I 04		I 04		I 04		I 04		I 04	
I 05		I 05		I 05		I 05		I 05	
I 06		I 06		I 06		I 06		I 06	
I 07		I 07		I 07		I 07		I 07	
I 08		I 08		I 08		I 08		I 08	
I 09		I 09		I 09		I 09		I 09	
I 10		I 10		I 10		I 10		I 10	
I 11		I 11		I 11		I 11		I 11	
I 12		I 12		I 12		I 12		I 12	
I 13		I 13		I 13		I 13		I 13	
I 14		I 14		I 14		I 14		I 14	
I 15		I 15		I 15		I 15		I 15	
I 16		I 16		I 16		I 16		I 16	
I 17		I 17		I 17		I 17		I 17	
I 18		I 18		I 18		I 18		I 18	
I 19		I 19		I 19		I 19		I 19	
I 20		I 20		I 20		I 20		I 20	
I 21		I 21		I 21		I 21		I 21	
I 22		I 22		I 22		I 22		I 22	
I 23		I 23		I 23		I 23		I 23	
I 24		I 24		I 24		I 24		I 24	
I 25		I 25		I 25		I 25		I 25	
I 26		I 26		I 26		I 26		I 26	
I 27		I 27		I 27		I 27		I 27	
I 28		I 28		I 28		I 28		I 28	
I 29		I 29		I 29		I 29		I 29	
I 30		I 30		I 30		I 30		I 30	
I 31		I 31		I 31		I 31		I 31	
I 32		I 32		I 32		I 32		I 32	
I 33		I 33		I 33		I 33		I 33	
I 34		I 34		I 34		I 34		I 34	
I 35		I 35		I 35		I 35		I 35	
I 36		I 36		I 36		I 36		I 36	
I 37		I 37		I 37		I 37		I 37	
I 38		I 38		I 38		I 38		I 38	
I 39		I 39		I 39		I 39		I 39	
I 40		I 40		I 40		I 40		I 40	
I 41		I 41		I 41		I 41		I 41	
I 42		I 42		I 42		I 42		I 42	
I 43		I 43		I 43		I 43		I 43	
I 44		I 44		I 44		I 44		I 44	
I 45		I 45		I 45		I 45		I 45	
I 46		I 46		I 46		I 46		I 46	
I 47		I 47		I 47		I 47		I 47	
I 48		I 48		I 48		I 48		I 48	
I 49		I 49		I 49		I 49		I 49	
I 50		I 50		I 50		I 50		I 50	
I 51		I 51		I 51		I 51		I 51	
I 52		I 52		I 52		I 52		I 52	
I 53		I 53		I 53		I 53		I 53	
I 54		I 54		I 54		I 54		I 54	
I 55		I 55		I 55		I 55		I 55	
I 56		I 56		I 56		I 56		I 56	
I 57		I 57		I 57		I 57		I 57	
I 58		I 58		I 58		I 58		I 58	
I 59		I 59		I 59		I 59		I 59	
I 60		I 60		I 60		I 60		I 60	
I 61		I 61		I 61		I 61		I 61	
I 62		I 62		I 62		I 62		I 62	
I 63		I 63		I 63		I 63		I 63	
I 64		I 64		I 64		I 64		I 64	
I 65		I 65		I 65		I 65		I 65	
I 66		I 66		I 66		I 66		I 66	
I 67		I 67		I 67		I 67		I 67	
I 68		I 68		I 68		I 68		I 68	
I 69		I 69		I 69		I 69		I 69	
I 70		I 70		I 70		I 70		I 70	
I 71		I 71		I 71		I 71		I 71	
I 72		I 72		I 72		I 72		I 72	
I 73		I 73		I 73		I 73		I 73	
I 74		I 74		I 74		I 74		I 74	
I 75		I 75		I 75		I 75		I 75	
I 76		I 76		I 76		I 76		I 76	
I 77		I 77		I 77		I 77		I 77	
I 78		I 78		I 78		I 78		I 78	
I 79		I 79		I 79		I 79		I 79	
I 80		I 80		I 80		I 80		I 80	
I 81		I 81		I 81		I 81		I 81	
I 82		I 82		I 82		I 82		I 82	
I 83		I 83		I 83		I 83		I 83	
I 84		I 84		I 84		I 84		I 84	
I 85		I 85		I 85		I 85		I 85	
I 86		I 86		I 86		I 86		I 86	
I 87		I 87		I 87		I 87		I 87	
I 88		I 88		I 88		I 88		I 88	
I 89		I 89		I 89		I 89		I 89	
I 90		I 90		I 90		I 90		I 90	
I 91		I 91		I 91		I 91		I 91	
I 92		I 92		I 92		I 92		I 92	
I 93		I 93		I 93		I 93		I 93	
I 94		I 94		I 94		I 94		I 94	
I 95		I 95		I 95		I 95		I 95	
I 96		I 96		I 96		I 96		I 96	
I 97		I 97		I 97		I 97		I 97	
I 98		I 98		I 98		I 98		I 98	
I 99		I 99		I 99		I 99		I 99	
I 100		I 100		I 100		I 100		I 100	
I 101		I 101		I 101		I 101		I 101	
I 102		I 102		I 102		I 102		I 102	
I 103		I 103		I 103		I 103		I 103	
I 104		I 104		I 104		I 104		I 104	
I 105		I 105		I 105		I 105		I 105	
I 106		I 106		I 106		I 106		I 106	
I 107		I 107		I 107		I 107		I 107	
I 108		I 108		I 108		I 108		I 108	
I 109		I 109		I 109		I 109		I 109	
I 110		I 110		I 110		I 110		I 110	
I 111		I 111		I 111		I 111		I 111	
I 112		I 112		I 112		I 112		I 112	
I 113		I 113		I 113		I 113		I 113	
I 114		I 114		I 114		I 114		I 114	
I 115		I 115		I 115		I 115		I 115	
I 116		I 116		I 116		I 116		I 116	
I 117		I 117		I 117		I 117		I 117	
I 118		I 118		I 118		I 118		I 118	
I 119		I 119		I 119		I 119		I 119	
I 120		I 120		I 120		I 120		I 120	
I 121		I 121		I 121		I 121		I 121	
I 122		I 122		I 122		I 122		I 122	
I 123		I 123		I 123		I 123		I 123	
I 124		I 124		I 124		I 124		I 124	
I 125		I 125		I 125		I 125		I 125	
I 126		I 126		I 126		I 126		I 126	
I 127		I 127		I 127		I 127		I 127	
I 128		I 128		I 128		I 128		I 128	
I 129		I 129		I 129		I 129		I 129	
I 130		I 130		I 130		I 130		I 130	
I 131		I 131		I 131		I 131		I 131	
I 132		I 132		I 132		I 132		I 132	
I 133		I 133		I 133		I 133		I 133	
I 134		I 134		I 134		I 134		I 134	
I 135		I 135		I 135		I 135		I 135	
I 136		I 136		I 136		I 136		I 136	
I 137		I 137		I 137		I 137		I 137	
I 138		I 138		I 138		I 138		I 138	
I 139		I 139		I 139		I 139		I 139	
I 140		I 140		I 140		I 140		I 140	
I 141		I 141		I 141		I 141		I 141	
I 142		I 142		I 142		I 142		I 142	
I 143		I 143		I 143		I 143		I 143	
I 144		I 144		I 144		I 144		I 144	
I 145		I 145		I 145		I 145		I 145	
I 146		I 146		I 146		I 146		I 146	
I 147		I 147		I 147		I 147		I 147	
I 148		I 148		I 148		I 148		I 148	
I 149		I 149		I 149		I 149		I 149	
I 150		I 150		I 150		I 150		I 150	
I 151		I 151		I 151		I 151		I 151	
I 152		I 152		I 152		I 152		I 152	
I 153		I 153		I 153		I 153		I 153	
I 154		I 154		I 154		I 154		I 154	
I 155		I 155		I 155		I 155		I 155	
I 156		I 156		I 156		I 156		I 156	
I 157		I 157		I 157		I 157		I 157	
I 158		I 158		I 158		I 158		I 158	
I 159		I 159		I 159		I 159		I 159	
I 160		I 160		I 160		I 160		I 160	
I 161		I 161		I 161		I 161		I 161	
I 162		I 162		I 162		I 162		I 162	
I 163		I 163		I 163		I 163		I 163	
I 164		I 164		I 164		I 164		I 164	
I 165		I 165		I 165		I 165		I 165	
I 166		I 166		I 166		I 166		I 166	
I 167		I 167		I 167		I 167		I 167	
I 168		I 168		I 168		I 168		I 168	
I 169		I 169		I 169		I 169		I 169	
I 170		I 170		I 170		I 170		I 170	
I 171		I 171		I 171		I 171		I 171	
I 172		I 172		I 172		I 172		I 172	
I 173		I 173		I 173		I 173		I 173	
I 174		I 174		I 174		I 174		I 174	
I 175		I 175		I 175		I 175		I 175	
I 176		I 176		I 176		I 176		I 176	
I 177		I 177		I 177		I 177		I 177	
I 178		I 178		I 178		I 178		I 178	
I 179		I 179		I 179		I 179		I 179	
I 180		I 180		I 180		I 180		I 180	
I 181		I 181		I 181		I 181		I 181	
I 182		I 182		I 182		I 182		I 182	
I 183		I 183		I 183		I 183		I 183	
I 184		I 184		I 184		I			

MENSAGEM N° 67/90

Curitiba, 26 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 6°, da Lei n° 9.194, de 18 de janeiro do 1990, que fixou percentuais de reajuste para as gratificações de representação de gabinete e de produtividade pagas ao funcionalismo estadual.

O Plano de Lei ora submetido a exame dessa augusta Assembléia Legislativa decorre de expediente a mim dirigido pelo Senhor Secretário da Administração (Ofício n° 276/90, de 14.03.90), asseverando que:

"A correção salarial do Quadro Próprio do Magistério, no mês de jan/90, data base de reajuste do Estado, foi da ordem de 183,53% (cento e oitenta e três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) enquanto que para o Quadro Geral do Estado foi aplicado o percentual de 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

A diferença de percentual, entre os dois quadros de pessoal, se deu em função das antecipações salariais concedidas no transcorrer do ano de 1989.

Sendo os cargos em comissão, pertencentes ao Quadro Geral do Estado, aos vencimentos básicos e de mais vantagens foi aplicado o percentual idêntico ao das demais tabelas salariais integrantes do referido Quadro, ou seja, 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Na elaboração da mensagem n° 03/90, que tratou do reajuste salarial dos servidores estaduais, esta Pasta, incorreu num erro, ao calcular, sob o mesmo percentual aplicado ao Quadro Próprio do Magistério, o correspondente à gratificação de gabinete dos cargos DAS-5 dos Chefes de Núcleo da Educação, e 1-C dos Diretores de Estabelecimentos de Ensino.

Assim, propomos a Vossa Excelência, a anexa minuta de anteprojeto de lei corrigido, no mês de março, os valores das gratificações dos cargos em questão, com retroação ao mês de jan/90.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O artigo 6°, da Lei n° 9.194, de 18 de janeiro de 1990, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6° - Os valores da gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação de Produtividade ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento)."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1990.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n° 132/90, de autoria do Poder Executivo, que institui a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava, na Ordem do Dia de hoje em 1.ª discussão.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei n° 32/90.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Chierigate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaraçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a RETIRADA da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 132/90, por 03 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamento: João Arruda, Pedro Tonelli, Haroldo Rodrigues Ferreira e Nereu Carlos Massignan.

REQUERIMENTO N° 525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei n° 92/90.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Cherriate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaraçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei n° 93/90.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Cherriate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaraçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei n° 94/90.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Cherriate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

riagate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaraçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei n° 06/90.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Cherriate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaraçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei n° 07/90.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Cherriate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaraçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia

determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 530

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei n° 259/85.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Chierigate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei n° 70/90.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Chierigate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 532

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto

de Lei n° 405/89.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Chierigate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 533

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei n° 50/90.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Paulino José Delazeri, David Chierigate, José Alves, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, Raul Lopes, Ferrari Júnior e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento do Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo plebiscito do distrito de Ângulo, município de Iguaçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder.

REQUERIMENTO N° 536

SÚMULA: Requer pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça - C.C.J., no que abaixo segue:

Senhor Presidente.

1. Em que se baseou o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para conceder a liminar que suspendeu a realização do plebiscito que seria realizado no último dia 25 do corrente mês, para emancipação política do distrito de Ângulo, desmembrado do Município de Iguaçu;

2. Até que a C.C.J. se pronuncie, requer a suspensão por tempo indeterminado de todos os Projetos de Lei em tramitação neste Poder Legislativo, no que diz respeito à criação de novos municípios;

3. A retirada da Ordem do Dia da presente sessão (27.03.90), dos Projetos de Lei n.^{os} 32/90, 92/90, 93/90, 70/90, 94/90, 06/90, 07/90, 259/85, 405/89 e 50/90;

4. Pronunciamento da C.C.J., sobre os critérios utilizados para a criação de novos municípios após a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 05 de outubro de 1989.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Paulo Furiatti, Caíto Quintana, Basílio Zanusso, Rubens Bueno, Ferrari Júnior, Pedro Tonelli e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz o pronunciamento da C.C.J. deste Poder Legislativo, em vista do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ter concedido liminar suspendendo o plebiscito distrito de Ângulo, município de Iguaraçu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral havia determinado o dia para a efetivação do Plebiscito, obedecendo os trâmites legais oriundos de um Projeto de Lei aprovado em sessão plenária deste Poder Legislativo.

Também queremos ressaltar que o Projeto obedeceu às mesmas normas que emancipou diversos distritos e os tornaram municípios a promulgação da Constituição Estadual.

Por conseguinte solicitamos que até o pronunciamento da C.C.J. deste Poder Legislativo e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, suspenda-se todos os projetos de leis que visem desmembrar ou criar municípios, bem como solicita-se ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a suspensão de criação de municípios desmembrados ou criados após a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, ou seja 05 de outubro de 1989.

Projeto de Resolução.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 13/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Pontal do Paraná. "Começa na ponte sobre o Rio Fortuna, na PR-407; seguindo pela PR-407 até alcançar a ponte sobre o Rio Guaraguaçu; pelo Rio Guaraguaçu; abaixo até a sua foz na Orla Marítima, confrontando com a Baía de Paranaguá; pela Orla Marítima, confrontando com o Oceano Atlântico, até alcançar o Balneário das Monções na divisa intermunicipal com Matinhos; deste ponto, por linha reta e seca de divisa intermunicipal PARA-

NAGUÁ/MATINHOS, até a foz do Rio Pai Antônio no Rio Guaraguaçu; subindo o Rio Guaraguaçu ainda divisando com o Município de Matinhos, até alcançar o Rio Cambará acima até a ponte da Estrada Municipal PA-304; pela Estrada Municipal PA-304 até a ponte sobre o Rio das Pombas; pelo Rio das Pombas abaixo, até encontrar o caminho de ligação PR-407; Rio das Pombas; pelo referido caminho até a ponte sobre o Rio Fortuna na PR-407, ponto inicial".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 175/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído na Secretaria da Saúde Pública o cadastramento das empresas, firmas individuais, e qualquer indústria que exerça o comércio de produtos cuja composição contenha o solvente hidrocarboneto aromático, denominado tolueno, mais conhecido pelo nome popular de "cola de sapateiro".

Art. 2° - Após a inscrição no cadastro, a empresa apresentará talonário especial numerado para registro na Secretaria Estadual de Saúde, destinado ao controle da venda do produto referido no artigo anterior.

Art. 3° - Esta lei será regulamentada em 90 (noventa) dias após a publicação, pela Secretaria da Saúde Pública.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Nosso País, amado e único, tem situações de contrastes gritantes. Ao lado da fome, da miséria, há aqueles que ainda beneficiam-se com este lado negro da situação social dos nossos, induzindo, incentivando e facilitando o uso de substâncias que levam a dependência física e psíquica de nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens, enfim!

Esta situação cria um binômio de dependência que não raras vezes, o menor é levado ao caminho do crime para obter junto ao feitor, que deveria fazer o papel de pai, a substância que o levará a esquecer os difíceis momentos da pobreza, da miséria, da desilusão e da fome, que o fustiga e o mata.

Assim, nas cabecinhas inocentes de nossos menores começa um caminho sem volta, o qual toda a sociedade e todos os

seus segmentos são responsáveis pelo impedimento desses caminhos, começando seriamente a guerra contra a facilidade na obtenção das substâncias entorpecentes.

O caminho que essas crianças, quiçá nossos próprios filhos têm aberto pela inescrupulosidade de alguns, tem que ser estancado.

Eis aqui, a Lei, como instrumento jurídico competente de um mundo democrático para evitar com que a ilicitude se amplie, tome conta a desfavor daqueles que serão os homens de amanhã.

PROJETO DE LEI N° 176/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública estadual a "Fundação Santos Lima", com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A "Fundação Santos Lima", que este projeto de lei pretende declarar de utilidade pública, presta relevantes serviços no campo da memória médica do Paraná, com isto alcançando toda a coletividade.

Os documentos anexos encontram-se dentro das exigências da Lei n° 6994 de 1.978, que disciplina a matéria.

Nestas condições, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares desta augusta Casa.

PROJETO DE LEI N° 177/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o município de Santa Lúcia, "ad-referendum" o resultado do plebiscito, com território desmembrado do município de Capitão Leônidas Marques, com sede na localidade do mesmo nome e seguinte divisas:

"Ao Norte, em linha seca, com o Município de Cascavel; ao Sul, em linha seca, confronta com os lotes rurais de números 256, 241, 235A, 237, 235, 230, 149A, 163, 146, 231, 145, 193, 192, 191, 194, 125, 124, 117, 118, 125A, 93, 116, 130, 96A, todos da Gleba 11 do Imóvel Andrada; a Leste, confronta com o Rio Andrada; a Oeste, confronta com o Rio Monteiro, até encontrar o Lote Rural número 124, daí em diante, por linhas secas, confrontando com os lotes rurais números 122, 127, 129A, 74, subindo pela sanga até o lote número 65, confrontando a seguir com os lotes números 44C, 44, 44A, 19, 22, 23, 20, 170A, 230, 180A, e 183B".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

PROJETO DE LEI N° 178/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de ALTO ALEGRE, desmembrado do município de Colorado, e com as seguintes divisas:

"I - Ao Norte, com os Municípios de Itaguajé, Santa Inês e Santo Inácio; começando no Rio Pirapó, na foz do Rio Ibiratininga, subindo por este até a sua cabeceira, onde alcança a cabeceira do Córrego do Canto.

II - Ao Sul, com Lobato e Santa Fé, começando na foz do Rio Bandeirantes do Norte, subindo por este até a Água Marante.

III - A Leste, com o município de Nossa Senhora das Graças.

IV - A Oeste, com os municípios de Inajá e Paranacity."

Art. 2° - Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoio: Pedro Tonelli, Cândido Bastos, Pirajá Ferreira, Antônio Costenaro Neto, Werner Wanderer e José Afonso Júnior.

JUSTIFICATIVA:

A elevação do distrito de Alto Alegre a Município deve-se ao seu vigoroso índice de desenvolvimento. Pois de há muito vem melhorando as condições de vida de seus habitantes.

Além de que tal medida vem consubstanciada na vontade majoritária de sua população.

Por estes motivos, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis à nossa proposta.

PROJETO DE LEI N° 179/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES DE NOVA ESPERANÇA" - APEDENE - com sede e foro na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoio: Paulo Furiatti, Rubens Bueno e Artagão Mattos Leão.

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Pessoas Deficientes de Nova Esperança, "APEDENE", fundada em 31 de março de 1987, na cidade de Nova Esperança, teve seu surgimento lastreado no alto espírito altruísta dos seus fundadores.

Tal Associação, tem por objetivo geral, colaborar na assistência às pessoas portadoras de defeitos físicos, aprimorando-as no campo social, cultural e profissional, a fim de assegurar aos seus associados melhores condições no exercício de suas atividades dentro da comunidade.

A "APEDENE", propõe-se ainda a representar os interesses dos seus associados, junto às instituições empresariais, culturais e políticas, no tocante a conseguir de tais instituições as necessárias adequações às condições extraordinárias de vida dos seus sócios.

Diante do exposto, tenho a mais absoluta certeza de contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 180/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei n° 9051, de 14 de julho de 1989, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Fica concedido a IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-Prefeito do município de Ourizona, Irineu Aparecido Savoldi, uma pensão mensal de 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo Único: A pensão de que trata a Lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(a) BASÍLIO ZANUSO

Apoio: Ferrari Júnior, Artagão Mattos Leão, Rubens Bueno, e Antônio Bárbara.

JUSTIFICATIVA:

Dona Irene Tassi Savoldi, viúva do ex-Prefeito do município de Ourizona, falecido em trágico acidente automobilístico, em pleno exercício do cargo, ficou sem condições de sobrevivência, motivo por que a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei n° 081/89, e o Excelentíssimo Senhor Governador sancionou, convertendo em Lei 9051/89, concedendo-lhe uma pensão mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários-mínimos de referência, resultando agora, em fevereiro de 1990, na importância de apenas Cr\$ 293,18 (Duzentos e noventa e três cruzeiros e dezoito centavos), conforme documentos em anexo.

Para solucionar esta anomalia é que

apresentamos este plano de lei, e, considerando o elevado alcance da medida ora proposta, estamos certos que a mesma merecerá desta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Esta Presidência convida o 1° Vice-Presidente para assumir seu lugar na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - (Assume a Mesa).

Senhores Deputados, em decorrência do pedido de licença do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira aprovado na sessão de ontem e, em cumprimento ao disposto pelo § 1° do artigo 60 da Constituição do Estado do Paraná, esta Presidência convoca o suplente de Deputado Estadual Senhor Duílio Genari para que compareça à Mesa e, após prestar o compromisso legal, assuma o cargo de Deputado Estadual.

Senhores Deputados, eu solicitaria que no momento do juramento do novo Deputado Vossas Excelências permanecessem em pé.

O SR. DUÍLIO GENARI - (Presta o Juramento)

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná. Honrar o mandato que me foi outorgado. Dignificar o Poder Legislativo".

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -

Desta forma declaro empossado o Senhor Duílio Genari que passa a representar a Bancada do Partido Democrático Social - PDS, nesta Casa e convido-o a tomar assento no plenário para prosseguimento da presente sessão.

Esta Presidência tem a honra de enumerar a presença de pessoas convidadas pelo Deputado que ora se empossa:

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, neste momento, saudar o Deputado Duílio Genari, ao ser empossado nesta Assembléia Legislativa do Paraná e desejar-lhe muitas felicidades durante o período em que conviver conosco o que será uma grande satisfação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, persiste a história de fim de Governo. Quando se fala em fim de Governo há a preocupação de que algumas críticas surjam pelo fato de estar terminando uma administração.

Mas, gostaria de dizer neste momento, de que nós sempre tivemos uma postura da maior lealdade possível junto ao Governan-

dor Álvaro Dias, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Além de Parlamentar e na condição de vice-Líder do Governo cumprimos a nossa função, cumprimos o nosso dever e acima de tudo a lealdade com o Governador Álvaro Dias.

O que não podemos permitir é que, no apagar das luzes, receberemos uma crítica do Secretário da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Hauly. Esta crítica está estampada na "Folha de Londrina". e eu gostaria que os repórteres que se encontram aqui, inclusive os da "Folha de Londrina", observassem, os que acompanharam a votação do orçamento, nesta Casa, durante todo o tempo em que houve a votação, da novela do Veto do orçamento do Governo, este Deputado cancelou muitos e muitos compromissos, no interior do Paraná, para aqui estar presente, cumprindo o meu dever como Parlamentar.

Questionei várias e várias vezes, em apartes, dizendo que se faziam presentes e que lamentava que alguns Deputados se ausentavam do plenário para não votar o orçamento do Estado.

O que eu não posso permitir e que os companheiros do PMDB, que aqui estiveram presentes, atendendo o chamamento do povo do Paraná, sejam hoje marginalizados pelo Secretário de Finanças, a responsabilizar os Deputados com relação aos salários dos professores do Paraná. Na "Folha de Londrina", o Secretário responsabiliza os Deputados, generalizando a todos, quando, na verdade, o Secretário poderia dizer ao jornal quais os Deputados que ficaram aqui para votar o veto e quais os Deputados que se retiraram do Plenário.

Eu não posso, na condição de vice-Líder do Governo deixar com que meus companheiros de Bancada sejam marginalizados por uma nota dessa, na imprensa!

Nós não temos responsabilidade se a Secretaria de Finanças não teve competência para gerenciar a arrecadação do Estado e agora faltam recursos para o pagamento dos funcionários do Paraná! Isso não cabe a nós, não é responsabilidade dos Deputados, não é da nossa alçada, o que não podemos é permitir que sejamos marginalizados, da forma que fomos!

E, aos professores do Paraná, eu quero deixar registrado, desta tribuna, de que estarei à disposição, a partir do novo Governo, a participar também das negociações em busca de soluções para a nossa classe de professores do Paraná.

Mas esta nota é inverídica com relação à responsabilizar os Deputados porque os professores não estão ganhando bem!

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fica registrado nos Anais deste Poder Legislativo, e se houver dúvidas do Sr. Secretário da Fazenda que ele peça a

algum Deputado para extrair a cópia das Atas em que figuram os nomes dos Deputados presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Convido a ocupar a tribuna, o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vivendo à nível mundial, mudanças rápidas, mudanças bruscas rumo à democracia, e o que assistimos por exemplo na Europa, tanto Ocidental, como Oriental, é de que o que se estabelece naqueles países são Governos, cuja determinação primeira é que, a escolha de seus governantes seja pela democracia, sempre, os governos dirigidos as suas atuações, visando o social.

É a Social Democracia que se estabelece à nível de Europa, e aqui no Brasil, neste País, começa pelo Paraná, um Estado fundamentado por colonizações européias, aquilo que poderemos assistir mais tarde, que é a defesa de um programa, que é a defesa de princípios da Social Democracia à nível nacional.

Hoje, os Partidos que representam a Social Democracia neste País estão sedimentados no PT, no PSDB e no PDT, e esses princípios da Social Democracia poderão ser unidos à nível nacional a partir do PSDB e do PDT no Paraná.

Ontem, numa reunião que houve entre as lideranças políticas do PSDB e do PDT, foi firmado um acordo político que terá consequências imediatas no que diz respeito às eleições deste ano e que diz respeito à composição da futura Assembléia Legislativa do Paraná e do Congresso Nacional.

Aqui no Paraná foi firmado um acordo político entre as lideranças desses dois Partidos, em que PSDB e PDT se unem para a campanha eleitoral no Paraná. O candidato a Governador desta coligação da Social Democracia, da Frente da Social Democracia paranaense, será o candidato indicado pelo PSDB; e o candidato a Senador, que hoje já está filiado ao PDT, é o Deputado Federal Hélio Duque, e o candidato a Vice também será indicado pelo PDT. Esta unidade poderá trazer ao povo do Paraná respostas imediatas aos problemas que estamos vivendo; esta unidade em termos de programas e de princípios da Social Democracia, esta aliança estabelecida ontem colocará em questão, a partir de agora, uma grande discussão estadual, que deverá se lançar até à nível Nacional para que tenhamos um projeto Social Democrata para este País.

Desde agora e desde hoje, com as filiações no PSDB do Deputado Rubens Bueno, do Deputado Maurício Fruet e com as filia-

ções no PDT do deputado Hélio Duque, vindos da origem do antigo MDB e com esta aliança em cima de programas, nós começamos o grande debate estadual dos princípios e o grande debate para levar à população o programa e os nossos candidatos para ganhar a eleição no dia três de outubro.

Era isso, muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente convido o Deputado Algaci Túlio para usar da tribuna.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos inicialmente saudar o nosso mais novo companheiro nesta Casa, Deputado Duílio Genari, boas vindas, em nome da Bancada do PDT nesta Casa.

Estou dando entrada hoje à Mesa, de um Projeto de Lei que dispõe sobre o valor das pensões especiais, e eu vou explicar aqui no pouco tempo que tenho do que se trata esse Projeto qual é o alcance social do mesmo. Motivos relevantes e extraordinários têm dado no decorrer dos tempos origem à aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado de algumas pensões especiais. Todavia algumas são amparadas por Leis específicas para uma determinada categoria, como é o caso da pensão concedida aos portadores de hanseníase, definitivamente incapacitados para o trabalho, desprovidos de fonte de renda que assegura a sobrevivência e a manutenção própria e de seus dependentes. A Lei nº 8.246 de 13 de janeiro de 1986 estipula o valor de um salário mínimo mensal. Vias de regra as pensões especiais são fixadas em valores iguais ou próximos ao do salário mínimo, como é o caso desta citada Lei. Acontece que o Governo baseado em Legislação Federal retirou o salário mínimo como base de referência para pagamentos desta natureza, deixou de atualizar essas pensões e ainda atendendo as medidas provisórias 75 e 83/89 congelou os valores destas pensões, em decorrência constata-se hoje o absurdo de vermos o Estado do Paraná pagando pensões de uns poucos cruzados, agora cruzeiros, conforme inclusive atesta aqui o Ofício de nº 140/90 cujo Pedido de Informações encaminhei por esta casa e obtive a seguinte resposta: eu pergunto aqui por exemplo qual o número de pensionistas do Estado nas condições prevista do artigo 1º, da Lei nº 8.246, e a informação que me vem é de que temos um número de 1.690 de pensionistas no Estado. Aí eu pergunto qual é o valor da pensão mensal paga hoje, a estes pensionistas, e a resposta, pasmem Senhores na época NCz\$ 146,56.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é uma das razões pelo qual encaminhando este Projeto de Lei a esta Casa, procurando corrigir a injustiça social que se faz em cima dos portadores do "mal de hansen", porque não é possível que uma pessoa consiga sobreviver com cento e quarenta e seis cruzeiros. Então, não se pode admitir que um Estado democrático que propugna pela igualdade de direitos, pela justiça para todos, que o Governo de um Estado considerado como um dos mais ricos e desenvolvidos do País, cometa tamanha injustiça a pessoas que já são deserdadas da sorte e discriminadas pela sociedade, que sem consciência faz da hanseníase um estigma a ser carregado pelos seus portadores. E conforme documentos já citado, o número de pensionistas do Estado, repito, segundo a Lei nº 8.246/86 é de 1.690 logo, reajustar a quantia vergonhosa de Cz\$ 146,59 para o valor estipulado pela Lei de um salário mínimo em nada irá alterar a economia sólida do Estado, o que não pode é continuar servindo a fins injustos enquanto esquece de respeitar o sagrado preceito constitucional de cumprir a Lei de dar a cada um o que é seu. O exposto e os documentos anexos embasam a justificativa deste nosso Projeto de Lei que está no artigo 1º, "as pensões especiais pagas pelo Estado não poderão ter valor inferior a um salário mínimo". Este é um projeto simples, apenas para corrigir esta injustiça social que se comete em cima daqueles, como já disse, deserdados pela doença de que foram portadores, até rejeitados pela sociedade, muito embora hoje o "mal de hansen" não seja mais uma doença que contamine as pessoas, não há mais a necessidade do isolamento, não há mais a necessidade de se manter essas pessoas longe do convívio da sociedade.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu espero que todos os Parlamentares dêem acolhida pelas comissões para que este Projeto passe e que possamos fazer justiça àqueles que realmente necessitam.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente convido o ilustre Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, para usar da tribuna.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Sr. Presidente, Srs Deputados.

A propósito do que fez o Deputado Paulo Furiatti, falando desta tribuna em nome do PDT, aproveitamos esta oportunidade para falar em nome do PSDB sobre o que se definiu ontem no encontro aqui em Curitiba com a presença das lideranças do PSDB do PDT e lideranças progressistas do chamado

novo PMDB, o encontro, onde se consolidou a aliança da Social Democracia no Paraná. E como disse o Deputado Paulo Furiatti, "Na verdade, se nós tivéssemos à época da eleição presidencial feito a Aliança das forças da Social Democracia Brasileira, interpretada à nível nacional pelas lideranças maiores, como Mário Covas pelo PSDB, e Leonel Brizola pelo PDT, sem dúvida nenhuma, nós teríamos hoje, na Presidência da República, um dos representantes da Social Democracia Brasileira.

E no movimento que se inicia no Paraná e, que entendemos além do Paraná, de ser um Projeto Nacional de perspectivas futuras para o encaminhamento das questões nacionais, poderemos ter, a partir do Paraná, o desenvolvimento de uma aliança que poderá futuramente no Brasil se consolidar como aliança das forças da Social Democracia Brasileira.

E neste encontro de lideranças realizado ontem em Curitiba ficou definida esta aliança, onde o PSDB deverá lançar o candidato a Governador. O PDT lançar o candidato a Vice-Governança, assim como o deputado Hélio Duque que se filiou ao PDT, representa a dissidência do grupo progressista do PMDB do Paraná junto a esta Aliança.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos, da máxima importância deste acontecimento de ontem, e anunciar que Deputados desta Casa, desta Assembléia Legislativa, como os Deputados Antônio Anibelli, Hermas Brandão, Tadeu Lúcio Machado, que já participaram da campanha do Senador Mário Covas, para a Presidência da República, aqui no Paraná, já fazem parte integrante dos quadros do PSDB no Paraná, assim como outros companheiros desta Casa, entendendo a importância deste movimento e deste projeto da Social Democracia paranaense deverá até os últimos dias da possibilidade de filiação partidária, se juntar a nós nesta proposta de levarmos este projeto do Paraná, que é um projeto maior, da Social Democracia Brasileira.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Ainda dentro do Pequeno Expediente, temos a honra de convidar o 2º Vice-Presidente, Deputado Orlando Pessuti, para fazer uso do seu tempo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com satisfação que comparecemos à tribuna nesta tarde, para inicialmente saudar o Parlamentar Duílio Genari que comparece, presta juramento e assume a cadeira de Parlamentar Estadual nesta Assembléia Legislativa, representando a região

Oeste do Paraná, mais especificamente a cidade de Toledo, onde teve, pela vontade de sua população, uma votação expressiva e que no passado também a população se manifestou elegendo-o prefeito daquela cidade.

Por esta razão, o cumprimos, nobre Deputado Duílio Genari, e esperamos que a sua passagem por este Parlamento seja a mais profícua, a mais proveitosa e que sua pessoa, somada às demais Lideranças do Oeste que aqui já se forma na condição de Parlamentares Estaduais, possam realmente somar força na defesa dos interesses do povo paranaense, do povo oesteño, do povo toledano. E nós, na condição de integrante do Bloco Parlamentar Agropecuário, do qual temos o privilégio de ser o seu presidente, desde já o convocamos, dado que sua região é uma região eminentemente voltada para a agropecuária, aqui, a exemplo de outros companheiros, some força conosco no Bloco Agropecuário e, porque não dizer, também, na Comissão de Agricultura, que é presidida pelo Deputado Sabino Campos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderíamos deixar de, hoje, comparecer a esta tribuna para, na condição de coordenador do Bloco Agropecuário da Assembléia Legislativa, enaltecer o novo futuro Governador, Dr. Ary Veloso Queiroz, pela escolha do engenheiro agrônomo, Dr. Joaquim Severino, para ser o novo Secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná. Conhecemos o Dr. Joaquim Severino de há muito tempo, desde a época em que ele morava na Casa do Estudante e nós ainda no interior do Paraná; posteriormente, na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná, fomos encontrá-lo na condição de nosso professor de Economia Rural; depois, como médico-veterinário extensionista da ACARPA, hoje EMATER, como nosso chefe e diretor da Secretaria de Estado da Agricultura. Mais tarde, como Parlamentar, o encontramos como diretor-geral no Governo de João Elísio Ferraz de Campos, tendo à frente da Secretaria o Dr. Brasília de Araújo e hoje, para nossa alegria, os jornais trazem confirmado o seu nome para a pasta da Agricultura e Abastecimento.

E isto para nós, realmente, é um fato positivo e que irá contribuir, sem dúvida, para a continuidade do trabalho que o Dr. Osmar Dias vem desenvolvendo à frente da Secretaria de Estado da Agricultura, porque o Dr. Joaquim Severino é uma pessoa gabaritada, talvez das mais gabaritadas que temos no Estado do Paraná, para esta importantíssima pasta que é a da Agricultura e do Abastecimento.

Cumprimento o futuro Governador, igualmente pelas escolhas do Dr. Demeterco

para a Secretaria de Estado da Saúde, Pasta onde também temos, pela condição de Médico-Veterinário, uma atuação bastante expressiva, porque temos profundas ligações com as causas e as coisas da saúde pública.

E uma convocação que nos chega ao conhecimento hoje, do Dr. Ricardo MacDonald Guizzi, para a Secretaria de Segurança, o qual é nosso amigo desde os bancos escolares. Fomos daqueles que, juntos, fundamos o MDB Jovem em Curitiba, que em 1976, percorríamos as vilas de Curitiba em busca de votos para Ricardo MacDonald à vereança de Curitiba.

Posteriormente, fixou residência em Ivaiporã para trabalhar na sua banca de advocacia e prestar assessoria à Prefeitura Municipal. Juntos, iniciamos todos os trabalhos e articulações com vistas à nossa candidatura a Deputado Estadual, em 1982. Viemos para Curitiba em 83, ele para ser chefe de Gabinete de Maurício Fruet na Prefeitura e nós para nossa função de Parlamentar Estadual pela vontade da população do Vale do Ivaí.

Portanto, são escolhas que muito nos animam e nos confortam, porque conhecemos essas pessoas.

Dr. Demeterco para a Secretaria de Estado da Saúde, é de fato uma grande conquista para este setor, sendo homem de confiança, homem do gabinete do Governador, e temos certeza que esta caminhará com passos firmes, como temos certeza que a Secretaria da Agricultura estará bem representada nas mãos do Dr. Joaquim Severino; a pasta da Segurança nas mãos do Dr. Ricardo MacDonald estará também segura e temos certeza com vistas a essas indicações, que o Governo de Ary Queiroz será um governo tão produtivo como foram todos os governos do PMDB, e em especial do Governo de Álvaro Dias.

Meus cumprimentos e meus agradecimentos pelo tempo concedido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e mais uma vez, em nome do Bloco Agropecuário, convidamos o Deputado Duílio Genari para que some forças conosco nesta luta intransigente que temos mantido na Assembléia, na defesa principalmente dos interesses da agropecuária paranaense e brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Eu gostaria de antes de chamar as Lideranças para fazerem uso do seu tempo, pedir ao Deputado Orlando Pessuti, 2º Vice-Presidente desta Casa, que assuma a Presidência, uma vez que este Deputado tem uma audiência marcada com o Vice-Governador.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)

- Gostaria de registrar a presença, neste Plenário, do ex-Vice-Prefeito de Verê, Hermes Schneider e seu filho, os quais honram esta sessão.

Gostaria que ficasse registrado nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência se soma a Vossa Excelência na manifestação de honraria aos nobres visitantes.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como já deve ser do conhecimento de Suas Excelências, realizou-se uma fusão das empresas de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR; Telecomunicações de Santa Catarina, TELESC e empresas gaúchas ligadas ao Sistema TELEBRÁS. Essa fusão resultou em uma Companhia, a TELESUL, que naturalmente irá gerenciar o serviço de telecomunicações em toda a região Sul do País.

Na verdade, uma decisão acertada, sem dúvida, que não apenas servirá para reduzir o tamanho das empresas do ramo, como também concentrará alguns dos melhores técnicos em telecomunicações do País, em torno de uma empresa apenas, culminando num desenvolvimento mais acentuado ainda e num serviço mais eficaz e eficiente.

Toda essa operação, que ocorreu de forma rápida porém bem estudada, mereceu uma atenção especial de nossa parte. O momento atual, contudo, em que ocorre o fechamento dos últimos detalhes da fusão, nos cobra, não apenas uma atenção redobrada, como, fundamentalmente, nossa união em torno de uma questão ligada aos mais íntimos interesses do Paraná.

E é por isso que eu chamo a atenção dos Srs. Parlamentares. Urge que, neste momento, em que se ultimam os preparativos para a fusão das empresas, o Estado do Paraná, através de sua população, da classe política, do seu Governador, dos empresários, enfim, de todos nós, reivindique a localização da sede da nova empresa gerenciadora dos serviços regionais de telecomunicações, a TELESUL, aqui no Paraná, aqui em Curitiba, onde nós temos uma das mais modernas sedes, onde está a TELEPAR hoje.

A Telepar, companhia de Telecomunicações do Paraná, é a maior das empresas em processo de fusão. É a empresa que rende maiores lucros e, ainda, é apontada há vários anos, como um exemplo estatal bem su-

cedida.

Não é de hoje, nobres companheiros, que a TELEPAR vem servindo de modelo para todas as empresas similares instaladas do País.

Temos Técnicos do melhor nível e do mais alto gabarito, como prova o nosso sistema estadual de telecomunicações, indicado como um dos melhores do Brasil e elogiado por delegações e visitantes de todo o mundo.

Pois bem, neste momento, da fase final da fusão das empresas dos Estados do Sul, para constituição da "TELESUL", a voz do nosso Estado, deve levantar-se imperativa, para que a sede da nova empresa seja instalada aqui. Na capital do Estado do Paraná.

Não se trata, em absoluto, de qualquer demérito aos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trata-se, única e exclusivamente, de um pleito em favor do Paraná, em favor do trabalho extraordinário que a "TELEPAR" desenvolveu, ao longo dos anos, até hoje.

Não devemos nos estranhar, tampouco nos intimidar, diante dos outros Estados que, naturalmente, vão também pleitear, reivindicar ou já estão fazendo, a sede da "TELESUL". A defesa dos interesses do nosso Estado está à frente do chamamento para que nos mobilizemos, no sentido de mostrar a força e o peso político deste próspero quinhão encravado na imensidão continental brasileira.

É de imprescindível importância que esta Casa, por isso eu chamo a atenção, mais uma vez, dos Srs. Parlamentares envie telex aos Srs. Deputados Federais e Senadores da República, eleitos pelo Paraná, bem como ao Governador do Estado, no sentido de que, interpretando os interesses do Paraná, intercedam junto ao Senhor Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, e ao Presidente Fernando Collor de Mello, para que a sede da "TELESUL" seja instalada aqui em Curitiba, possivelmente nas dependências da hoje "TELEPAR", que consta com uma estrutura invejável sendo dotada de equipamentos e pessoal, como já mencionamos, do maior gabarito.

Não podemos esperar que o Paraná seja preterido para lamentarmos a perda que refletirá, sem dúvida nossa falta de união e peso político. Que a classe política se levante, neste momento, porque assim requerem os interesses do nosso Estado.

Que ao lado dos argumentos técnicos e administrativos, que apontam a rentabilidade e capacitação da nossa "TELEPAR", perfilem-se os argumentos políticos - e eles são intermináveis - a fim de sensibilizar as autoridades Federais, da importância e conveniência da sede da "TELESUL" aqui no Paraná.

Por isso Sr. Presidente, completando então encareço aos Srs. Parlamentares que se unam neste momento. É mais uma vez o Paraná que pode ser preterido. O Paraná, que é exemplo de telecomunicações, pode de repente ver aquele prédio bonito, que se enxerga de qualquer canto da Capital do Estado do Paraná e que facilita até envergarmos uma boa imensidão do Estado, ficar fechado em função desta fusão das empresas de telecomunicações.

É o apelo que fazemos em nome desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Esta Presidência consulta a Liderança do PL. (Declina).

Tendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Duílio Genari.

O SR. DUILIO GENARI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de agradecer a acolhida que tive no dia de hoje dos Senhores Deputados, do Senhor Presidente e dizer que aqui estou e aqui vim para somar forças, de modo especial para defender os interesses do Paraná e, acima de tudo, o Oeste e o meu município que é Toledo.

Vamos somar forças junto com os demais Deputados do Oeste do Paraná para que possamos, juntos, bem representar e defender os interesses da nossa região.

Quero agradecer também, Sr. Presidente, - se me permite, os Vereadores de Toledo que aqui vieram prestigiar a minha posse. São seis Vereadores do PDS que aqui vieram e mais o Presidente do meu partido, a minha esposa, o ex-Presidente da Arena ainda em Toledo, Valdomiro Giacomazzi, e outros amigos que aqui vieram prestigiar. Agradeço nesta oportunidade e a partir de quinta-feira vamos iniciar um trabalho em favor do Paraná, do Oeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais integrantes da nossa sessão de hoje.

Inicialmente quero me referir ao pronunciamento do nobre Deputado Paulo Furiatti neste dia, quando fez referência honrosa ao nosso partido. Só quero deixar claro que o nosso partido não é um partido social democrata. Não fazemos parte do

bloco dos partidos sociais democratas. Nós, do PT, aspiramos chegar ao socialismo. Ao socialismo democrático, de massas. Esta é a vontade do nosso partido. Ahamos que a social democracia é reformista e, portanto, na essência, ela não muda o conteúdo político necessário para nossa Nação.

Quero dizer também que neste momento o nosso partido no Paraná não cogita possibilidade de alianças, como foi dito aqui pelo nobre Deputado Paulo Furiatti, com o PSDB e o PDT como estão hoje. Neste momento não cogitamos essa possibilidade.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, o motivo principal pelo qual estou na tribuna nesta tarde é um assunto que desde o primeiro dia de meu mandato sempre fui um vigilante, um fiscalizador em defesa do Poder Público, dos recursos públicos e em defesa da perfeita moralidade e transparência do Poder Público. Desde o início, em muitos e muitos momentos, trazemos e trouxemos a este plenário denúncias de irregularidades ligadas a um setor fundamental do nosso Estado, que é a Secretaria dos Transportes e o Departamento de Estradas de Rodagem. Em nenhum momento obtivemos sucesso, todas as tentativas foram massacradas neste Parlamento pela bancada oficial, pela bancada governista que até então sempre foi majoritária.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, atendendo um apelo, creio eu encaminhado para muitos Deputados, apelo esse aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores de Londrina, recebi e estou dando conhecimento a todos os nobres Pares, que compõem esse Parlamento, de uma denúncia grave, se for verdadeira, que está sendo pronunciada pelos Vereadores de Londrina e que pedem, sugerem a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dizem Suas Excelências, os Vereadores, que algum tempo atrás o DER do Paraná licitou um trecho de asfaltamento de sete quilômetros, ligando Londrina à Colônia de Coroados. Citam o edital, enviam cópia da documentação, e que por interesses locais de alguns fazendeiros e uma empreiteira, foi feito um outro trajeto, um outro traçado de doze quilômetros que não tem nada a ver com a Colônia Coroados, com o Distrito de São Luiz, da Cidade de Londrina. Os Vereadores de Londrina apresentam farta documentação que comprova uma irregularidade. Uma dela, por exemplo, é que a placa que foi colocada no início da obra, que já tinha sido feito o alargamento do traçado, a placa foi retirada do local e transferida para outro. Tanto é que hoje os motoristas que chegam para ir para a Colônia Coroados, vão pelo asfalto e não chegam a Coroados mas ao Distrito São Luiz.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, como nós não podemos prejudicar, é que estou neste momento e nesta sessão propondo um requerimento que coloco à apreciação deste Plenário, onde, se aprovado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, constitui uma Comissão Especial, já que as nossas Comissões Técnicas da Casa não estão constituídas. Então constitui-se uma Comissão Especial de seis Deputados, para que se encarreguem de fazer as primeiras averiguações para que vão a Londrina, ao DER e se municiem das informações necessárias para começar o pré-julgamento e ver se há necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ou não.

É por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que solicito a aprovação da constituição dessa Comissão para que desvendemos as verdades desses fatos. Porque se são verdadeiros, conforme taquigrafados e conforme documentos em mãos, é crime grave. É crime contra a Administração Pública de nosso Estado. Por isso solicito a aprovação e, posteriormente, teremos a verdade, ou sim ou não.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) No Horário das Lideranças, concedo a palavra à Bancada do PTB.

(Declina).

PTN.

(Declina).

PRN.

Com a palavra o Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. Gostaria de, em nome da bancada do PRN nesta Casa, fazer uma saudação ao amigo, que assume hoje o cargo de Deputado Estadual nesta Casa, o amigo Duílio Genari, representante da cidade de Toledo. Ontem conversando com o Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira e dizendo ele que estava se licenciando da Assembléia, por um período de cento e vinte dias, imediatamente eu liguei o fato à lembrança de Duílio Genari. Duílio, o amigo que nós conquistamos na cidade de Toledo, tenho laços profundos com aquela cidade do Oeste do Paraná, lá vive a minha mãe, meus irmãos, lá foi sepultado recentemente meu velho pai, lá estive e fiz alguns amigos e conheço um pouquinho da história de Toledo, e sei do carinho e acima de tudo do respeito que o povo de Toledo tem para com Duílio Genari, que foi o seu Prefeito. Talvez um dos melhores Prefeitos da história de Toledo, dito isto pelos habitantes de Toledo, pelos homens e mulheres e jovens que residem naquela cidade.

Duílio Genari é para o povo de Toledo,

o símbolo de seriedade, do político sério, do político honesto e isto é tão carente na política atual.

Portanto, caro Duílio, seus familiares, seus amigos que o visitam, receba o nosso carinho o nosso respeito. Esta Casa o recebe com bastante respeito e eu sei que a sua presença aqui vai dignificar esta Assembléia Legislativa, tão difamada, principalmente nos últimos dias pelo Governador Álvaro Dias, e por alguns de seus Secretários, que se despede-se do Governo, deixando um saldo altamente negativo no Estado. E para pagar esta imagem negativa, busca um outro Poder, no Caso a Assembléia Legislativa, para pagar pelo que eles fizeram. Seja bem-vindo Duílio Genari; eu sei que Toledo neste instante, vibra com a sua presença e talvez seja este o início de sua volta como Deputado efetivo na próxima Legislatura.

Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, o Governador Ary Queiroz assume no próximo domingo, Eu acho que é preciso que o Governador Ary Queiroz, um homem correto, um homem digno, um homem sério, que tem uma história neste Estado, uma história digna, um homem que escreveu páginas bonitas na história do Paraná, assumo no próximo domingo e traga a verdade ao povo do Paraná. Diga ao povo do Paraná, qual é a situação do Estado do Paraná de verdade. Nós não podemos continuar neste estado de coisas. Alguns dizem que o Paraná, o poder público vai mal, está capenga, está falindo, o Governador diz que a coisa vai bem, mas paga mal os funcionários, não faz obras e não queremos que Ary Queiroz tenha nas suas costas, a responsabilidade de três anos de mal Governo do Senhor Álvaro Dias. Que Ary Queiroz assumo, conte com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não tenho dúvida nenhuma, de todas as bancadas e de todos os Deputados que saberão prestigiar um homem honesto, um homem sério. Mas que diga a verdade para o Estado do Paraná. Em quantas andam este Estado, quanto deve esse Estado de verdade, quando arrecada este Estado, como está a situação do funcionalismo do Estado do Paraná, que está à beira de passar fome neste Estado? No mês passado com um aumento de 11%, com inflação de 80%; neste mês um aumento de 50% com inflação de quase 90%, que Ary Queiroz diga de verdade o que está acontecendo no Estado do Paraná.

É preciso que a Assembléia saiba, é preciso que o povo do Paraná saiba. Domingo ele estará tomando posse, nós esperamos que ele recoloca o Paraná no seu verdadeiro rumo, na verdadeira certeza, no verdadeiro futuro melhor para os paranaenses, mas que acima de tudo, Ary Queiroz, por ser um homem sério, um homem digno, possa manter a sua dignidade, especialmente con-

tando o que se passa no Estado do Paraná a partir já da próxima segunda-feira.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Consulto Vossa Excelência se posso usar do Horário das Lideranças, autorizado que faço pelo Deputado Líder da nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Esta Mesa concede a Vossa Excelência o tempo de Liderança do PFL, que havia anteriormente se declinado, mas, concordamos em que Vossa Excelência faça o uso do Horário.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados; apenas para solicitar que Vossa Excelência formule um apelo veemente aos Senhores Líderes de Bancadas, e que as Bancadas que ainda não se definiram acerca de suas novas Lideranças, que o façam, com a urgência possível, Senhor Presidente, porque nós estamos praticamente em abril, um novo Governador para assumir e esta Casa está votando as sessões todas a partir de 15 de fevereiro, sem os Pareceres das comissões técnicas!

Já é pela segunda ou terceira vez que levanto Questão de Ordem desta natureza. Antipática, eu sei. Porque contraria alguns interesses. Mas, não pode! A Assembléia está constituída, o seu Plenário, permanentemente, em comissão geral. Nas legislaturas que estou aqui, nas várias delas, comissão geral só se estabelece e se institui, Senhor Presidente, e Vossa Excelência sabe disso, em casos raríssimos, especialíssimos, em que não há oportunidade, condição, do pronunciamento das comissões técnicas, das proposições existentes. E nós estamos aí, praticamente em abril, a votar projetos da maior importância, sem Parecer algum! Quando muito, parecer sucinto, resumidíssimo, pouco afirmativo, daqui do Plenário, quando se fala em comissão geral. Não se pode, Senhor Presidente, talvez até, do entendimento das próprias Lideranças com a Mesa, não se permitir mais que se vote nenhum projeto, nenhuma proposição a partir de agora, da semana que vem, até que se constitua, que se elejam as novas comissões! Nós temos, ainda hoje, continuar a votar criação de municípios sem nenhuma informação desta Casa, acerca destes distritos. Nenhuma! Não quero dizer que alguns deles não possam ser votados, porque eu não conheço a todos, que não tenham nenhuma condição de se transformar em município. Mas, a Casa

não conhece. Não é possível!

Ainda hoje o Deputado Antônio Bárbara subscreve Requerimento neste sentido à Mesa, para consultar o Plenário para se pronunciar acerca da legislação competente para a criação de municípios no Paraná, sem que o Regimento seja rejeitado, antecipadamente. Mas, nós temos também Mensagem do Tribunal de Contas, que trata dos vencimentos dos Senhores Procuradores e dos Senhores Auditores do Tribunal de Contas. E consta, aqui, em 1.^a discussão, sem qualquer pronunciamento da Assembléia! Coisa alguma! Aconteceu agora, recentemente e não se votou, ainda em 3.^a discussão, projeto de interesse dos assessores jurídicos do Tribunal de Justiça. Da mesma forma, esta Casa permanece ainda sem se pronunciar, sem informar o Deputado como votar. Já que o Poder Legislativo, desde 1988, perseguiu que a sua competência ou que o Poder Legislativo se fortalecesse pelas Constituições Federal e Estadual, precisa também, da mesma forma, que as Assembléias Legislativas tenham competência, se instrumentalizem, se organizem, para votar matérias desta ordem. E da forma que está sendo posta.

Portanto, Senhor Presidente, é este o apelo que formulo, neste instante, para que a Mesa solicite, mais uma vez, das Lideranças, para que no mais rápido possível prazo, tenhamos a constituição, as eleições, das Comissões Técnicas da Casa. Sem o que, lamentavelmente, não há mais como votar. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Esta Presidência vê nas palavras do Deputado Basílio Zanusso razões abundantes. E informa ao Plenário que já foi definido quórum para cada bancada; já foi solicitada às bancadas que indiquem seus representantes para cada Comissão Técnica. E segundo informa a esta Presidência a Assessoria da Mesa, apenas a bancada do PRN até o presente momento indicou os Parlamentares para integrar as Comissões Técnicas deste Poder Legislativo.

Nesse sentido, requer mais uma vez a atenção dos Senhores Líderes das bancadas para que façam chegar a esta Mesa as indicações dos Senhores Parlamentares para integrarem as Comissões Técnicas. Sem o que teremos que continuar trabalhando, se assim for a decisão desse Parlamento, através das Comissões Gerais de Plenário.

Prosseguindo o horário das lideranças, consulto à liderança do PRP.

Havendo declinado, consulto a liderança do PSDB.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Havendo declinado está encerrada a Hora do Expediente, passamos à

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, com apoio dos Senhores Deputados Paulo Furiatti, Artagnão Mattos Leão e Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, devidamente apoiados, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagnão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n° 132/90, de autoria do Poder Executivo. - Aprovado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, existe um requerimento na Mesa requerendo a retirada da Ordem do Dia desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que após a votação de preferência de votação do Projeto de Lei e antes da votação do referido projeto nós colocaremos o requerimento firmado por Vossa Excelência e outros Parlamentares, em votação.

Por enquanto estamos votando a preferência de votação.

Deputados que aprovam. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Artagnão Mattos Leão, acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 132/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 62/90), que institui a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava.

(Publ. no D.A. n° 24, de 22.03.90).

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No momento oportuno Vossa Excelência discutirá o projeto.

Nós estamos em Comissão Geral e para relatar o projeto concedo a palavra ao Deputado Relator Artagão Mattos Leão.

Lembro aos Srs. Deputados que nós vamos primeiro discutir, votar, aprovar ou rejeitar o parecer ao projeto.

Posteriormente iremos colocar em votação o projeto se assim for entendimento do Plenário.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu estou inscrito para discutir o Projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Será concedido.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (LÊ) o Parecer.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 132/90

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 62/90, o Projeto em tela visa instituir a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava, mediante a transformação da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e a incorporação da fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati.

A matéria é de relevante interesse da Administração bem como da comunidade paranaense, especialmente daquela região.

A aprovação deste Projeto de Lei, vem regulamentar o disposto no art. 57 e seu § 1° do Ato das disposições constitucionais transitórias da Carta Magna Estadual.

Assim sendo, esta Comissão Geral, chamada a manifestar-se de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, vem se pronunciar FAVORAVELMENTE com relação à medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.03.90.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente;

ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ORLANDO PESSUTI) - Eu pergunto ao Deputado Pedro Tonelli se ele pediu para discutir o Projeto ou o Parecer?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu quero discutir o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No momento oportuno.

Em discussão o Parecer ao projeto n° 132/90, em Comissão Geral, em votação, Aprovado.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. José Rogério Carvalho, com apoio dos Srs. Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira, João Arruda, Pedro Tonelli e Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do projeto de Lei n° 132/90, por 3 (três) sessões.- Retirado, pelo autor.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa Constituição do Estado do Paraná, nas suas disposições transitórias, estabeleceu que num prazo de até 2 anos estariam criadas duas novas Universidades Estaduais: a Unicentro que compõe as Faculdades de Guarapuava e Irati e a Universidade do vale do Iguaçu que compõe as Faculdades de União da Vitória, Palmas, Pato Branco e Francisco Beltrão.

Pois bem, estranhemos, Sr. Presidente, como que Sua Excelência o Governador do Estado toma a iniciativa, com tanta agilidade, compondo a comissão e agora, nesta semana, entra a Mensagem e já está na Ordem do Dia, em 1.ª discussão, criando a Universidade do Centro do Paraná, a Unicentro. E por quê? Não que sejamos contra a Universidade do Centro, ótimo! Mas, o que nós estranhemos, Srs. Deputados, é que o Sr. Governador não teve a mesma dedicação, a mesma ousadia em adotar uma postura sem discriminação e dar um tratamento igualitário ao nosso Sudoeste do Paraná!

A Universidade do Vale do Iguaçu, que contempla o Sudoeste do Paraná, nem sequer foi composta a comissão ainda! No entanto a Univale já estamos apreciando!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário aprovamos o requerimento do nobre Deputado José Rogério Carvalho. Vamos retirar da Ordem do Dia, vamos agilizar a viabilização da Universidade do Vale do Iguaçu, e no momento oportuno vamos trazer as duas à votação.

Quero ver qual é a justificativa que o Governador terá ao justificar a Universidade do Centro e dizer não à Universidade do Vale do Iguaçu!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados apelamos para que votemos o requerimento do nobre Deputado José Rogério, porque é uma injustiça que está se cometendo com o Sudoeste do Paraná! Com o Centro não, ótimo, quanto antes constituir a Universidade melhor; mas é uma injustiça porque não se dá o mesmo tratamento à Univer-

sidade do Vale do Iguaçu, que contempla quatro faculdades lá do Sudoeste.

Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Requerimento de retirada da Ordem do Dia...

O SR. VALDERI VILELA - Sr. Presidente, para encaminhar Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Somente para justificar o meu voto com relação ao requerimento do Ilustre Deputado José Rogério. Nós somos amplamente favoráveis à criação da Universidade do Sudoeste, mas entendemos da maior importância também a aprovação desse Projeto, criando a Universidade do Centro-Oeste, que inclusive vai beneficiar uma cidade que nós temos uma identificação muito grande, que a cidade de Irati, que possui a Faculdade de Irati, que vai ser incorporada pela Universidade do Centro-Oeste. Então, nós votaremos contrariamente ao requerimento do Deputado José Rogério e nos comprometemos a quando ele apresentar um Projeto propondo a criação da Universidade do Sudoeste, nós votarmos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar à votação do requerimento, a palavra com o Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI VILELA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós entendemos, Sr. Presidente, de uma forma diferente à do Deputado Massignan. No momento se discute a constitucionalidade do Projeto, a questão, política; para a criação da Universidade do Vale do Iguaçu, deve ser realizada amanhã. Apresentando a criação da Universidade do Vale do Iguaçu, a Bancada do PDT jamais poderia votar contra a criação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, especialmente porque, nobre Deputado Líder do PMDB, no domingo, o nosso Prefeito de Guarapuava nos pedia, que votássemos a favor dessa matéria. Portanto, a nossa Bancada manifesta integral apoio à Mensagem de Sua Excelência o Governador do Estado, e também antecipa que votará favoravelmente à criação da Universidade do Vale do Iguaçu na oportunidade própria.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes

de passar a palavra ao Deputado Rafael Greca, esta Presidência evidentemente não pode afirmar que isto esteja acontecendo, mas imagina que possa estar hoje, justamente na cidade de União da Vitória, para onde se deslocou o Presidente Anibal Khury, o ex-Presidente Antônio Annibelli, o Governador Álvaro Dias, talvez lá possa estar acontecendo o que aconteceu dias atrás com a presença dos Deputados Artagão e Cândido Bastos de Guarapuava, quando ocorrerá o anúncio da UNICENTRO, pode ser que hoje, Sua Excelência o Governador, foi até União da Vitória, dentro dos festejos daquela Cidade, para anunciar a UNIVALE. Talvez amanhã nós tenhamos novidades aqui com a nova Mensagem, criando esta Universidade. Talvez o Governador preferiu anunciar primeiro lá e depois mandar a Mensagem, como fizera com a UNICENTRO. Concedo a palavra para encaminhar o requerimento ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A instituição da Universidade do Centro-Oeste do Paraná é uma aspiração das Regiões de Irati e Guarapuava e a sua votação é um compromisso nosso com o Prefeito e com o povo da Região de Guarapuava.

Parece-me que o Deputado José Rogério age legitimamente dentro dos instrumentos normais de pressão Parlamentar ao tentar forçar também a criação da Universidade do Vale do Rio Iguaçu. No entanto, sabe-se, "à boca pequena" pela palavra de Vossa Excelência, pela palavra do Deputado Caíto Quintana, pelo que se comenta aqui na Assembléia que o Governador estaria procedendo à regularização de diversos patrimônios: da Universidade de União da Vitória, da Universidade de Palmas.

Esse patrimônio pertencente à Igreja Católica, da Universidade de Francisco Beltrão e das demais Faculdades das várias cidades do Vale do Rio Iguaçu para então proceder à criação da Universidade do Vale do Rio Iguaçu. De maneira que, parece-me que o requerimento do Deputado José Rogério poderia ser aprovado por esta Casa desde que não retirasse o Projeto da criação da Universidade do Centro Oeste por número tão grande de sessões qual seja o de dez sessões, vamos deixar isso Deputado José Rogério por três sessões, porque daí nem perde Guarapuava em esperar por demais e Universidade que tanto sonha, nem perde Irati por isso, nem perdem as cidades do Rio Iguaçu, o que não pode é um candidato ao Senado pelo Paraná na Assembléia, deixar de cumprir o preceito constitucional que determina a criação destas duas Universidades sendo avarento com a educação, aliás, de avaresa com a educação já está repleta a biografia do Sr. Álvaro Dias

nestes seus anos de Governador do Paraná.

Era esse o meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao Plenário que o requerimento do Deputado José Rogério não estabelece a retirada por dez dias, não especifica, não tem prazo, inclusive esta Presidência solicita ao Deputado José Rogério que faça constar em seu requerimento o número de sessões, o número de dias que ele pretende retirar.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Três sessões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Três sessões. A Mesa anotará.

Para encaminhar o requerimento o Deputado José Rogério com a palavra.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Sr. Presidente, nós reconhecemos que estamos favoráveis à criação da Universidade do Centro Oeste na cidade de Guarapuava, como somos favoráveis à criação de outras Universidades para o Estado. Mas, a condução da Mensagem enviada pelo Sr. Governador a esta Casa nos deixa numa posição discriminada, uma vez que na Constituinte, pela ocasião da Assembléia Estadual Constituinte os Deputados, todos, lutaram para que se premiasse colocasse nas disposições transitórias a Universidade Univale, desde União da Vitória até Francisco Beltrão incluindo todas as universidades do Este e do Sul, e fomos favoráveis seguidamente também pela aprovação da Universidade do Centro Oeste. Agora, nos vimos discriminados pelo tratamento desigual que o Governo faz com que o povo do Sudoeste sintam-se neste momento rejeitado, e vem com isso confirmar que este Governo do Estado sempre discriminou o Sudoeste e nas suas horas de Governo, com este Projeto acaba de selar, acaba de marcar mais uma vez que o Sudoeste parece que não faz parte do Paraná mais. Desta forma venho protestar e espero que os Srs. Deputados, nossos Pares, nos coloquem e aprovelem esse requerimento para que possamos conjuntamente, professores e alunos, diretores e também a Bancada e meus Deputados do Oeste, encontrar forma de encaminhar o Projeto de viabilidade da criação da Universidade do Vale do Iguaçu. Essa é minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento do Deputado José Rogério.

Para encaminhar à votação, com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Apenas, Sr. Presidente, para manifestar meu voto favo-

rável ao requerimento do ilustre Deputado José Rogério para que se retire a matéria da Ordem do Dia por três sessões porque a nossa região também tem interesse na mensagem do Sr. Governador, quando no artigo 57, as disposições transitórias dispõe que será criada a UNICENTRO e também logo depois do artigo 59 a UNIVALE também dispõe no seu parágrafo 2º, ainda de 57, que dispõe sobre o prazo, que é de dois anos, que no mesmo prazo o Poder Executivo venha ter na Assembléia Legislativa, Projeto de Lei para incorporar a Fundação, Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, para fundar a Universidade Estadual de Maringá.

Portanto, Sr. Presidente, a Faculdade de Paranavaí cabendo à região Noroeste do Estado também com justiça reivindica que, seja incluída nesta Mensagem através de emenda e aditivo, Sr. Governador. Mas, também, quero ressaltar que a informação oficiosa que o Sr. Governador estará amanhã na cidade de Paranavaí, para assinar documentos, não sei se Decreto, relacionado à oficialização, provavelmente atendendo dispositivo constitucional oficializando a Faculdade Municipal também de Paranavaí, já que nós vamos atender à Região Sul e Sudoeste, Oeste, por que não também o Noroeste do Estado do Paraná?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, o Deputado está retirando o requerimento.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem concedo a palavra ao Deputado José Rogério, autor do requerimento.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Pelo acordo com algumas Lideranças das Bancadas, nós queremos retirar o nosso requerimento em função com o acordo de Lideranças, de forma que, gostaria que a Presidência tornasse inválido o nosso requerimento, depois de um acordo de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós o tornamos inválido, mas não foram inválidos os encaminhamentos.

O SR. VALDERI VILELA - Pela ordem, Sr. Presidente.

Nós gostaríamos de esclarecer que o acordo foi feito entre as Lideranças de todos os partidos; PMDB representado pelo

Deputado Artagão, Deputado Nereu, Deputado Pedro Tonelli, o líder da Bancada do PDT e às demais Lideranças interessadas, Deputado Erondy Silvério, do PTN.

Portanto, Sr. Presidente, amanhã haverá uma Emenda, Emenda Substitutiva Geral criando a Universidade do Vale do Iguaçu também.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o Projeto.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Para discutir, Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para discutir o Projeto, com a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Curitiba, quinta-feira, 22 de março de 1990, jornal "Do Estado". manchete: "Álvaro Dias lança o embrião da UNICENTRO em Guarapuava."

Os Deputados do Sudoeste, o José Rogério, o João Arruda, o Luiz Alberto, o Haroldo Ferreira, o Antônio Annibelli, o Pedro Tonelli, o Anibal Khury, o Nereu Massignan, o Lauro Alcantara, o Caíto Quintana gostariam que esta manchete do dia 22 fosse assim:

"Álvaro Dias lança o embrião da UNICENTRO em Guarapuava e a UNIVALE no Sudoeste do Paraná".

Esta seria a manchete da justiça. Infelizmente assim não foi e temos registrado nos jornais, a manchete da injustiça, da discriminação, do tratamento desigual de uma Região para outra.

Sabe o povo do Paraná que a Universidade de Guarapuava e a Universidade do Sudoeste foram criadas no mesmo instante, no mesmo momento, em que se votou o artigo 57 e o artigo 59 do Ato das disposições transitórias da Constituição do Estado do Paraná. A redação de um e de outro são idênticas, o espírito da Constituição é igual, o tratamento é desigual, o enfoque é desigual. Estamos aqui a discutir um projeto que cria a fundação da Universidade de Guarapuava, mas não estamos aqui discutindo a fundação que cria a Universidade do Sudoeste do Paraná, a tão sonhada Universidade do Vale do Iguaçu. Por que isto? Qual o motivo e a razão dessa discriminação?

Há uma argumentação, não oficial, que diz que o Sudoeste depende de ajuste dos patrimônios da Faculdade de Palmas, da Faculdade de Beltrão, da Faculdade de União da Vitória. Isso não é empecilho legal para se criar a fundação, mesmo porque o artigo 59 da Constituição diz:

- "Fica instituída a Fundação Univer-

sidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE..."

E aí cita as faculdades: de União da Vitória, de Palmas, de Beltrão e de Pato Branco.

Nada impede que se crie a fundação e se discipline na própria lei a forma de absorção do patrimônio particular da Igreja Católica de Palmas ou qualquer outro patrimônio particular de qualquer faculdade que integra essa fundação, criada constitucionalmente. Não é por lei ordinária, a lei ordinária vai disciplinar aquilo que a Constituição já criou.

Sei, Senhores Deputados, que no dia 29 já houve uma convocação das lideranças universitárias do Sudoeste para, em Curitiba, assinar, assistir à assinatura de um decreto criando uma comissão de estudos da Universidade do Sudoeste e aí é que está o erro do encaminhamento.

Para o Sudoeste se trata com decreto, para Guarapuava se trata com projeto de lei que a Assembléia convalida e transforma em lei. Jamais a Assembléia poderá fazer de um decreto uma lei!

Na medida em que o Governador Álvaro Dias discrimina o Sudoeste nós, os Deputados do Sudoeste, não vamos aceitar isso e usaremos a prerrogativa que temos, apresentando um projeto de lei dando o mesmo tratamento àquela região. E se diga de passagem...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - V. Exa. permite-me um aparte?

O SR. NEREU MASSIGNAN - ...na sequência, com muito prazer eu ouço V. Exa.

O Sudoeste do Paraná não possui nenhum curso gratuito, não tem um centavo investido no curso superior. É uma luta de muitos anos.

Quando eu escrevi nos jornais do SUDOESTE no final da década de 70 e na década de 80, que o Sudoeste precisava da sua universidade me chamavam de ensandecido e louco sonhador. Que bom ser um louco e ensandecido sonhador de 1970 para vir aqui hoje, e transformar essa ensandecida loucura de esperança em alguma coisa de concreto! Que bom essa acusação que me fizeram há mais de dez anos atrás! O louco e ensandecido Nereu Massignan, advogado de Dois Vizinhos, falando na Universidade do Sudoeste.

Alertamos a todos, naquela época, como Vereador e advogado sudoestino que se o Sudoeste dormisse, que se o Sudoeste não lutasse por isso, ele seria dominado por duas estruturas universitárias que já se avizinham e que tornaram concretas: de um lado Cascavel, com a sua Unioeste; do outro, a Universidade de Chapecó e nós estaríamos espremidos no meio desses dois

centros universitários. Parece que esta profecia está se consumando, não pela omissão do Sudoeste, que fez garantir constitucionalmente a criação da sua Universidade, mas pela discriminação, pela desídia e pelo desinteresse do governo em dar tratamento igual para duas situações constitucional e politicamente.

Nós não aceitamos este comportamento. Eu me recuso a participar dessa solenidade no Palácio, em que o Sudoeste é tratado por decreto, enquanto outras regiões merecem o tratamento digno de serem apreciadas a criação da Universidade pela lei.

O Sudoeste não aceita a humilhação do decreto. O Sudoeste aceita, quer a luta pelo tratamento igual, pela equanimidade, pela ecuidade, pela justiça e pela lei igual.

O Sudoeste, nobre Líder do PMDB Artagão Mattos Leão, não vem aqui tripudiar a iniciativa em relação à Guarapuava, mas apela a V. Exa. que junto trabalhou conosco na elaboração da Constituição e que tratou as duas situações, que agora o faça da mesma forma. Sejamos iguais como fomos na Constituinte, aí sim se estará fazendo justiça ao Sudoeste.

Concedo aparte ao nobre Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan.

Nós até entendemos a sua luta em prol da sua região, em prol do seu Sudoeste, mas não entendemos e não concordamos quando V. Exa. vem aqui falar em discriminação.

As situações são diferentes, Deputado. Foram criadas as duas universidades através da Constituição, nas disposições transitórias, no entanto, ilustre Deputado, no recesso parlamentar, enquanto V. Exa. descansava, nós trabalhávamos.

O Sr. Prefeito Municipal de Irati convocou, naquela oportunidade, extraordinariamente, a Câmara Municipal, que autorizou que o patrimônio da Faculdade de Irati fosse repassado à nova universidade. O Sr. Prefeito, com autorização da Câmara, agiu desta forma. Nós contratamos advogados, pessoas preparadas que foram a Guarapuava, foram a Irati, estudaram a posição das duas faculdades, fizemos inúmeras viagens a Curitiba, conversando com o Secretário de Ensino Superior e deste trabalho com o Secretário de Ensino Superior e deste trabalho todo que durou noventa dias, ilustre Deputado é que conseguimos fazer com que o Sr. Governador fosse a Guarapuava no último dia 20, lá assinasse a mensagem e que hoje a mensagem estivesse na Ordem do Dia.

Agora, a posição do Sudoeste, ilustre Deputado, é diferente. Nós temos lá três faculdades municipais, temos uma faculdade

particular. É preciso que uma comissão seja nomeada para estudar toda essa situação e após um estudo detalhado, após que as faculdades particulares sejam repassadas para a universidade, que o Sr. Bispo, que me parece é proprietário de uma das faculdades, também concorde em passar os seus bens à nova universidade; aí sim, isto pronto e colocado, o Sr. Governador vai enviar a mensagem à Assembléia criando a Univale e eu, ilustre Deputado, serei o primeiro a ocupar a tribuna para apoiar, para pedir aos nossos companheiros de bancada que aprovelem a universidade do Sudoeste, porque nós não podemos, ilustre Deputado, nos posicionar a nível de ciúmeiras. Nós estamos num Parlamento. V. Exa. tem que trabalhar e ter capacidade, não é vir ao arrepio da lei querer dizer que não podemos criar a universidade de Guarapuava, que o Sudoeste está sendo discriminado, que o Sudoeste não possui nenhuma faculdade Estadual, pode não possuir, ilustre Deputado, mas não é discriminação do Governador Álvaro Dias.

Então é discriminação do Governador José Richa, por exemplo, que também foi Governador e por que não estadualizou?

Agora, ilustre Deputado eu o convoco para juntos lutarmos pela universidade de Guarapuava e pela universidade do sudoeste, por que não? Agora, não podemos, de forma nenhuma concordar com o posicionamento de Vossa Excelência. Se não vai para mim também não vai para você. Posicionamento, sem dúvida nenhuma, mesquinho, diminuto, não digno de Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência está se antecipando à minha posição em relação ao projeto de Guarapuava.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Mas, Vossa Excelência não pode, ilustre Deputado, querer retirar da Ordem do Dia a criação da nossa Universidade porque não tem uma Mensagem criando a Universidade do Sudoeste. Eu quero me colocar à sua disposição, Deputado, para ir com Vossa Excelência ao Governador e ... (vozes paralelas) para ir com Vossa Excelência ao Secretário de Ensino Superior para trabalharmos juntos com os demais Deputados em prol da Universidade do Sudoeste. Eu quero me colocar à sua disposição e pedir o seu apoio à nossa Universidade.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência não precisa pedir o meu apoio. Vossa Excelência antecipou o meu voto. Até parece que Vossa Excelência não quer o voto favorável, porque eu ainda não declarei em nenhum momento se sou a favor ou contra ... (vozes paralelas).

O Sr. Artagão Mattos Leão - Quero trabalhar junto com Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Permita-me, nobre Deputado Vossa Excelência já está raciocinando como se eu fosse votar contra o projeto. Em absoluto. Eu vou votar a favor, independentemente do seu apelo, independentemente do seu pré-julgamento que isto para mim não interessa. O que me interessa é o meu compromisso com a educação, com o ensino público e gratuito em todos os níveis, no primeiro, no segundo e no terceiro grau. A discriminação está não no Governo José Richa que não tinha sido criada nenhuma faculdade não houve a Constituinte. A discriminação está a partir do momento em que a Constituinte tratou duas situações iguais e o Governador Álvaro Dias trata essas duas situações iguais com desigualdade. Aí é que está a discriminação. Invocar e dizer que enquanto nós estávamos passeando, Vossa Excelência trabalhou, posso até concordar. Eu não sei se os nove, dez Deputados do Sudoeste todos foram passear nesse período e esqueceram da Universidade do Sudoeste. Sabe bem Vossa Excelência que existem inúmeras pessoas trabalhando nisso. Outra coisa, nobre Deputado Líder, eu lhe faço uma convocação e um apelo: Vossa Excelência confessou que se municiou de fortes argumentos jurídicos, de advogados especializados. O Sudoeste não vai precisar contratar advogados especializados para superar esse obstáculo levantado do patrimônio das faculdades municipais porque nós temos na própria Bancada gente competente para fazer uma emenda substitutiva elaborada por advogados provincianos do Sudoeste, Vossa Excelência vai aprovar a emenda substitutiva superando esses obstáculos quanto à questão patrimonial das faculdades municipais do Sudoeste do Paraná? Se Vossa Excelência acreditar nos conhecimentos caipiras dos advogados do Sudoeste, que são capazes de fazer uma emenda que trata igualmente as duas universidades, ficaria agradecido.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Eu vou me posicionar favoravelmente, ilustre Deputado, mesmo porque mais uma vez eu não concordo com Vossa Excelência. Eu não considero provincianos os advogados do Sudoeste. Eu tenho certeza que no Sudoeste temos ilustres juristas, pessoas competentes, mesmo que Vossa Excelência afirme o contrário. Mas eu vou me posicionar de forma favorável porque eu sei que o Sudoeste tem juristas competentes não apenas para fazer esta emenda, mas para fazer todos os estudos necessários para que a sua Universidade, a nossa Universidade do Sudoeste seja uma realidade.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Concorde com o ilustre Deputado que o Sudoeste tem inúmeros juristas, mas a minha humildade não me permite incluir-me no rol desses renomados juristas e eu fico com a minha postura de advogado caipira assim mesmo prestando a colaboração para a criação da Universidade do Sudoeste.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Sabino Campos.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Mesmo que Vossa Excelência não concorde eu quero incluí-lo junto aos advogados mais ilustres e competentes do Sudoeste.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Isto é uma bondade exagerada de Vossa Excelência.

O Sr. Sabino Campos - Eu agradeço ao nobre Deputado o aparte que nos é permitido. Mesmo, Deputado Nereu, não sendo jurista, porque eu venho da terra e sou engenheiro agrônomo, eu queria sugerir a Vossa Excelência, como aconteceu em 1986 quando deixava o Governo José Richa e nós não tínhamos ainda a doação dos patrimônios das faculdades do Oeste ao Estado para que tivéssemos uma fundação no Oeste, para que fosse criada a Universidade do Oeste. Foi criada então a Federação das Fundações das Faculdades do Oeste do Paraná que posteriormente, através da discussão na comunidade e com a doação dos patrimônios ao Estado, foi criada a FUNOESTE, que é a Fundação do Oeste do Paraná, responsável pela UNIOESTE. E eu me lembro bem na época, Deputado Nereu, anteriormente através de um projeto de lei aqui na Assembléia, foi aprovada a criação de Campo Mourão. O Governador José Richa vetou Campo Mourão. E o Deputado Rubens Bueno, sózinho no plenário, com três elementos na Mesa, derrubou o veto e ficou criada a Faculdade Estadual de Campo Mourão. No momento em que o Governador José Richa assinava em nove de maio de 1986 a criação da Federação das Fundações do Oeste do Paraná, também assinou Campo Mourão, porque estava com todo o trabalho burocrático pronto.

Sugiro a Vossa Excelência, apesar de não ser advogado, de não atender juridicamente, pela experiência que já passamos neste Parlamento, que seja criada a Federação das Fundações do Sudoeste para, através dela, criar a Fundação da UNIVALE, que é uma etapa posterior, para que se tenha a Universidade no Sudoeste.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Concluindo, agradeço a contribuição de Vossa Excelência que, embora não sendo advogado, dá luzes para o encaminhamento da questão.

Encerrando, gostaria de afirmar o seguinte: não faça, Governador Álvaro Dias, do ensino superior a bandeira de uma campanha ao Senado nos últimos dias de seu governo. Talvez a melhor bandeira seria tratar igualmente situações iguais. Porque o tratamento desigual de duas situações iguais, vai fazer com que a sua bandeira de candidatura ao Senado no Sudoeste seja bandeira molhada pela injustiça e pela indignidade. O Sudoeste não vai aceitar jamais.

Espero que atendendo aos apelos desta Assembléia, atendendo a sensibilidade do Líder Artagão, da sugestão do ilustre Deputado Sabino Campos que pertence à bancada do PMDB tenhamos, ainda nesta Legislatura, nestas futuras sessões, decidido que este tratamento das universidades, que foram tratamentos iguais na Constituição, sejam iguais na Legislação ordinária que vamos aprovar. Afora isto se cometerá injustiça e o Governador Álvaro Dias vai carregar, nos ombros, este compromisso da desigualdade que não queremos para o Sudoeste do Paraná.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Em votação o projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Ouço há dias discursos acalorados nesta Casa a respeito da criação da Fundação Universidade Oeste do Paraná, a UNICENTRO e a respeito da UNIVALE, da Universidade do Vale do Iguaçu. E para que não paire nenhuma dúvida, quero deixar claro no início deste pronunciamento, nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, que mesmo sendo para errar, votarei favorável a uma emenda, que venha a instituir a Universidade do Vale do Iguaçu. Já!

No entanto é importante, nesta Casa, chamarmos a atenção para alguns detalhes. Há algumas diferenças jurídicas e algumas questões constitucionais que precisam ser levantadas neste instante, para que a polêmica política não prejudique uma instituição que é um sonho acalentado pelo Sudoeste inteiro.

Em primeiro lugar, a Constituição nas suas disposições transitórias diz que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, num prazo de dois anos, a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, UNIVALE, formada pelas Faculdades de União da Vitória, de Palmas, de Francisco

Beltrão e de Pato Branco. Por conseguinte, a própria Constituição enumera quais as faculdades que comporão a Universidade do Vale do Iguaçu. E diz, textualmente, que é competência do Poder Executivo encaminhar a Mensagem à Assembléia. Segundo lugar, a Universidade do Oeste do Paraná é composta pela Faculdade Estadual de Guarapuava e pela Faculdade Municipal de Irati. A Prefeitura Municipal de Irati já se reuniu, o Prefeito sancionou a transferência do patrimônio da Faculdade de Irati para a Fundação Universitária do Oeste do Paraná. Por conseguinte, a questão patrimonial está resolvida. Qual é a questão no Sudoeste do Paraná? Nós temos uma faculdade particular e uma faculdade estadual em União da Vitória. Temos uma faculdade que é da Igreja Católica, dependendo da autorização da Santa Sé, em Palmas; e me parece até, e que me confirme o Deputado João Arruda, tem uma faculdade particular ou municipal em Palmas também. E as faculdades de Beltrão e Pato Branco que são municipais. De modo que, a primeira atitude, e esse é o nosso questionamento hoje e o convite que farei na frente, a primeira questão para a formação de uma Fundação é a definição clara da transferência do patrimônio. O Poder Executivo não tem competência para enviar uma Mensagem criando uma Universidade, formada pelo quê? Pelo patrimônio de particulares? Pelo patrimônio do município? Não há como! Ou pelo patrimônio da Santa Sé? Tem que se definir como é que fica o patrimônio a ser instituído na universidade.

O Deputado Sabino Campos levanta uma questão que também não é o caso do Oeste do Paraná. Naquela oportunidade existiam as fundações universitárias do Oeste do Paraná nas proximidades de Cascavel. Para definir a questão, o então Governador José Richa criou a federação das fundações. Só que essa orientação para nós do Sudoeste do Paraná embora tenha sido aceita pelo Deputado Nereu Carlos Massignan é imprecisa e não pode, porque o Sudoeste não tem nenhuma fundação, por conseguinte não poderá fazer federação de fundações que ainda não existem até porque nós estamos pleiteando essa fundação.

Espero que todos nós nesta Casa busquemos a saída possível para a solução do impasse. E a saída possível tem sido buscada. Eu tenho participado com os diretores das faculdades do Sudoeste do Estado do Paraná na discussão e as faculdades do Sudoeste do Paraná, Deputado Artagão Mattos Leão, contrataram sim, um especialista em formação de universidades, que trabalhou na formação da faculdade de Juí, no Rio Grande do Sul e que está trabalhando para a UNIVALE, levantando os documentos técnicos necessários para que isso possa

ser feito, de modos que esse estudo está sendo desenvolvido. No entanto o Sudoeste, pela peculiaridade de sua universidade, tem uma diversidade maior do que a questão do Oeste que estava mais fácil. Em tese quero reafirmar aqui que ao invés de nós ficarmos exclusivamente no discurso, busquemos um setor prático. Quero convidar os companheiros do Sudoeste, se nos honrarem com a presença, para amanhã de manhã conversar com o Secretário de Ensino Superior para saber se legalmente nós temos condições de enviar uma mensagem criando uma universidade no Sudoeste sem que antes tenhamos desenvolvido a questão do patrimônio. Porque que me parece que o Estado do Paraná, por exemplo, não pode criar, digamos, uma fundação universitária aqui em Curitiba, envolvendo patrimônio da Universidade Católica, sem que haja a concordância da transferência do patrimônio da Católica para esse poder público, que irá gerenciar um patrimônio que não é dele. Se for juridicamente possível, vamos fazê-lo, mas vamos analisar na Lei, porque eu lhes confesso, que não detenho esse conhecimento, o que pretende o Governador Álvaro Dias e aí é que eu digo, que a acusação política, numa causa que nos é tão cara, não deve. Evidentemente que se o Governador Álvaro Dias estivesse querendo simpatia à sua candidatura ao Senado, ele mandaria sem a menor precaução a Mensagem criando a Universidade do Sudoeste do Paraná, porque ninguém que vai disputar um cargo majoritário, estaria deixando passar a possibilidade de ser o "pai da criança" de um grande sonho de uma região. Se está deixando passar a oportunidade, pelo menos, de uma coisa não pode ser acusado, que é de estar fazendo proselitismo político, com uma coisa que nos é cara.

Portanto, Senhores Parlamentares, nós estaremos amanhã de manhã, conversando com o Secretário do Ensino Superior, para vermos as reais condições, até porque as universidades estarão na quinta-feira, dia vinte e nove às três horas da tarde, no Palácio Iguaçu, onde assinará o Decreto de Constituição da Comissão, para viabilizar a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, se for possível criar essa Universidade antes de resolver o problema dos patrimônios, não tenho dúvidas nenhuma, o meu voto estará sendo exatamente para que se crie as duas universidades juntas.

Se persistir a polêmica, mesmo que me digam que é ilegal eu votarei com a minha região, em favor de qualquer emenda que seja apresentada.

No entanto, acredito que o caminho que nós temos que buscar, para encontrar definitivamente a saída para esse impasse é sabermos na raiz da Lei, aquilo que é pos-

sível fazer para não criarmos aqui, via emenda, algum sonho que possa tropeçar exatamente naquilo que a lei determina.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Em votação o Projeto, os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.
Eu requeiro verificação de votação.

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem) - É matéria vencida, Vossa Excelência já declarou o resultado aprovado. O Deputado Pedro Tonelli dormiu no ponto.

O Sr. Pedro Tonelli - (Pela Ordem) Eu tenho direito de levantar questão de ordem e pedir verificação de votação... (tumulto no plenário).
Eu requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Em atenção ao requerido pelo Deputado Pedro Tonelli, nós faremos a verificação de votação porque, foi pedido em tempo hábil.

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem) Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Em atenção ao requerido pelo Deputado Artagão Mattos Leão, solicitamos do Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Algaci Túlio) - Proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - Procedendo à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 30 (trinta) dos Senhores Deputados responderam à chamada nominal. Há "quorum" para prosseguimento da Sessão e para a votação. Os Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 132/90, que cria a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com foro na Cidade de Guarapuava, queiram levantar-se.

29 (vinte e nove) dos Senhores Deputados aprovam e 1 (um) dos Senhores Deputados rejeita. Está Aprovado.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Minha declaração de voto foi favorável ao Projeto, condicionada à palavra do Líder Artagão Mattos Leão, de que acata e

vota e fará o esforço no sentido de aprovar Emenda Substitutiva criando a Universidade Sudoeste do Paraná.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente, eu confirmo o acordo, mesmo que o Deputado Pedro Tonelli não tenha cumprido o nosso acordo e tenha pedido verificação e tenha votado contra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem, com a palavra o Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS (Pela Ordem) - Eu só queria alertar os Senhores Deputados de que continua a votação. Este é o primeiro Projeto que votamos.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Pela Ordem, com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu quero fazer o meu primeiro registro do voto contrário, porque eu quero votar a favor da criação das duas Universidades necessárias para o Paraná.

Como hoje só há uma, no momento em que vier as duas, eu voto favorável às duas.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - É apenas Senhor Presidente, para registrar que nós estávamos atendendo telefônica agora, tanto eu como o Deputado Erondy. E como votamos favorável, então, acho que são 31 votos, com mais dois votos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa solicita ao serviço de taquigrafia que anote os dois votos favoráveis dos Deputados Erondy Silvério, Dirceu Manfrinato e também o voto do Deputado Lindolfo Júnior.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei de nº 32/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Doutor Antônio Paranhos, com território desmembrado do Município de São Jorge D' Oeste e divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara com apoioamento dos Senhores Valderi Mendes Vilela, Raul Lopes, Lindolfo Júnior e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Or-

dem do Dia da presente sessão ao Projeto de Lei nº 32/90. Prejudicado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Só deste projeto?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não. Existem diversos requerimentos propondo a retirada da Ordem do Dia de todos os projetos que versam sobre criação de municípios.

Nós estamos discutindo o requerimento do Deputado Antônio Bárbara que propõe a retirada do Projeto nº 32/90, que cria o município de Doutor Paranhos desmembrado de São Jorge do Oeste.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse requerimento não tem sentido. Não só em relação a este Projeto que nós vamos votar agora que é de autoria do Deputado Lauro Alcantara que cria o município de Doutor Antônio Paranhos.

Mas também com relação aos Projetos nºs 92/90, 93/90, 70/90, 94/90, 06/90, 07/90, 259/90, 50/90, 85 e 405/89.

Ora, o ilustre Deputado Antônio Bárbara, com todo respeito que tenho, propõe agora a retirada da Ordem do Dia dos projetos que estão criando municípios.

Argumentos se faz necessário o procedimento da C.C.J., em vista do Tribunal de Justiça do Paraná ter concedido liminar suspendendo o plebiscito do distrito de Anglo município de Igarapu, sendo que o Tribunal Regional Eleitoral que iria para a legislação do plebiscito.

Bom, a questão do Anglo é uma questão. Há divergências em relação às divisas à incorporação de áreas, etc.

Os projetos que estão na Ordem do Dia não têm absolutamente nenhuma divergência.

E municípios são criados e desmembrados de apenas um município. Não há porque se argumentar com a liminar concedida com relação ao plebiscito porque a Lei já foi aprovada. E agora, depois de uma luta imensa que o Deputado Nereu Carlos Massignan fez para incluir na Ordem do Dia, a criação de três municípios, o Deputado Lauro Alcantara fez seu trabalho, que outros Deputados, aqui também o Deputado Sabino e tantos outros, Deputado Lindolfo, Deputado Nelson Vasconcellos, tenhamos agora que sofrer o adiamento de uma votação que aguardada angustiosamente pelas comunidades que estão propondo a criação desses municípios.

Não se justifica essa odiosa discriminação.

Quando foi aqui votado a criação do município de Pontal do Paraná, não se apresentou requerimento sobre essa justificativa.

E o município de Pontal do Paraná, Senhor Deputado Antônio Bárbara, era muito mais polêmico do que todos esses municípios que nós estamos criando.

O discurso de que município prejudica a administração, que traz despesas, que tem problemas com a Justiça é o discurso de quem não quer pôr na prática a palavra descentralização.

Que não quer dar autonomia e independência aos distritos.

Saiba nobre Deputado Antônio Bárbara que esses distritos aqui se municípios fossem, já em janeiro teriam recebido um repasse de 1,5 milhões de cruzados de FPM e ICMS. Nenhum município-mãe de todos eles, no mês de janeiro repassou, sequer um terço desse valor aos distritos.

Não vamos espezinhar essa população simples dos distritos que acreditam no discurso da descentralização, mas acreditam muito mais na prática de ver seu prefeito e seus vereadores andando pela pequena comunidade juntos de saber até a hora em que o prefeito vai para o banheiro para tomar seu banho; de saber a hora que ele se levanta; de conhecer em profundidade o comportamento de cada Vereador; do seu Secretário da Fazenda, do Planejamento. Não devemos tolher essa possibilidade de fazer da pequena comunidade a grande comunidade inserida num pequeno município, ilustre Deputado Antônio Bárbara.

Eu faço um apelo a Vossa Excelência, a decisão do Tribunal em relação ao município de Anglo não tem nada a ver com a questão que estamos votando neste momento.

Concito os companheiros, a todos os Deputados, se persistir a insistência de que se vote este requerimento que nós derubemos em nome da independência das pequenas comunidades.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - (Pela Ordem) - Eu quero falar ao Senhor Presidente, aos Senhores Deputados e ao meu companheiro e amigo, ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan de que se discriminação houve foi com o distrito de Anglo e não é verdade quando o Deputado fala que as divisas estarão errados. O que está errado, nesta Assembléia, é que nós estamos emancipando distritos sem nenhum critério e o que eu estou pedindo é que a CCJ se manifeste.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Mas não tem CCJ, nobre Deputado, estamos em Comissão Geral.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - ... se manifeste no Município de Anglo que foi anulado o plebiscito com Mandado de Segurança e que o Prefeito recebeu a liminar, e isso para salvaguardar a moral desta Assembléia, dos Deputados, para salvaguardar é

que estou pedindo a retirada até que a CCJ se manifeste para vermos o que é necessário para legalizarmos estes municípios. É só isso que estou pedindo. Mas, quero também dizer uma coisa aos Deputados: tem advogado nesta Casa para saber os que não vão passar para ir imediatamente aos Prefeitos de cada Município dizer: - "Entrem com Mandado de Segurança porque eles não irão passar, como não passou o distrito de Anglo".

É só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao nobre Deputado Antônio Bárbara de que não temos constituída ainda a Comissão de Constituição e Justiça, e a decisão da retirada caberá ao Plenário.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu, me somando às palavras do Deputado Nereu Carlos Massignan e de outros, tenho certeza, faria um apelo ao nobre Deputado Antônio Bárbara para que revisse a sua posição.

Nós entendemos que as populações realmente estão ansiosas por demais, elas têm uma mobilização já de muito tempo, elas estão de olho em cima da Assembléia, no sentido de que nós possamos ir de encontro às suas aspirações.

Então, pediria ao nobre Deputado Antônio Bárbara que revisse a sua posição e que retirasse o seu requerimento, para que pudéssemos votar com tranqüilidade, esses projetos de Lei que estão em pendência.

Muito obrigado.

O SR. SABINO CAMPOS - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sou contra o requerimento do nobre Deputado Antônio Bárbara porque nós conhecemos a realidade dos distritos dos municípios deste Estado. Recursos nunca são passados pelo Município-mãe.

Temos um exemplo, lá no caso de Toledo que é o Município em que eu vivo, 70% do que era arrecadado nos distritos era passado pelos distritos e muita coisa foi feita. Hoje, com a emancipação de um Município, no mês de janeiro, veio um milhão de cruzados, em números redondos de FTM, se pertencesse ao município de Toledo teria retornado do Governo Federal somente 20%, 200.000 cruzados. Portanto, aumentou a renda deste Município em 5 vezes aquilo que seria repassado ou Município-mãe. Aplicando somente 70% seria somente 140.000 cruzados; foi aplicado um milhão de cruzados lá naquele novo Município que está com a sua base pronta.

Portanto, eu sou favorável à criação de municípios, porque entendo que, desta maneira, o dinheiro administrado a nível local é melhor aproveitado e traz maiores

benefícios à população.

Também quero dizer que se a Comissão de Constituição e Justiça, que eu fazia parte, não se reúne, é porque ela não está constituída na Casa, e nós não podemos parar o Legislativo porque ela não está funcionando. O que nós temos é que tocar aquilo que está aqui e fazermos força para que ela seja instalada e daqui para frente consigamos levar os projetos para serem discutidos.

É só isso, Senhor Presidente, e peço ao nobre Deputado Antônio Bárbara que reconsidere a sua posição porque é um Deputado que tem responsabilidade com seu povo.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Pela ordem, concedo a palavra mais uma vez ao Deputado Antônio Bárbara.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - Eu quero dizer aos nobres Deputados, meus colegas, de que exatamente com este mesmo pensamento e com esta visão é que nós criamos o município, pelo menos tentamos; a CCJ deu parecer favorável, os Deputados votaram a favor, e eu votarei a favor também, desde que a CCJ se manifeste e diga o que está errado e o que está certo, porque para mim não tem nenhum certo. E é isso que nós ficamos aguardando, e eu não retiro o meu requerimento e o deixo para que os companheiros votem.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente. Há necessidade de se esclarecer que a Comissão Geral da Assembléia substituiu a Comissão de Constituição e Justiça. E nós também, Senhor Presidente, em atenção especial a um Projeto de Lei do Deputado Nereu Carlos Massignan que cria o município de Nova Santa Bárbara, no Norte do Paraná, é que manifestamos o nosso voto contrário ao requerimento do nobre Deputado Antônio Bárbara.

Não há, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nenhuma justificativa para fazer com que o povo daquela localidade de Santa Bárbara, ainda espere por muito mais tempo a criação de seu Município, que ao longo de muitos e muitos anos vem tratando essa batalha. Agora, em 2.^a discussão, pronto para ser votado, ser retirado da Ordem do Dia, é fazer com que aquele povo espere muito mais tempo. Não é justo, por isso, votaremos contra o requerimento do Deputado Bárbara.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Para Encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento. Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Também não tenho nenhum desejo de votar contra a criação dos municípios propostos pelos companheiros; contudo, a preocupação do Deputado Antônio Bárbara me parece legítima, porque nós tivemos aí um problema com o Município de Ângulo, que é o Município que seria um distrito desmembrado do Município, ou criação do Município de Ângulo, que foi vetado pela justiça através de uma liminar e sabemos que não é uma posição definitiva. Então, a preocupação do Deputado é justa, pode acontecer de nós criarmos outros municípios, e eu repito, não sou contra a criação desses Municípios, os companheiros da área é que sabem se devem ou não serem criados, é que a Assembléia Legislativa do Paraná volte a ter este problema, fica desagradável nós votarmos aqui uma Lei, o povo comemora ruidosamente a votação dos Deputados, aí vem uma liminar da justiça dizendo que houve erro e que não pode ser aproveitada esta Lei. Então, a preocupação do Deputado Bárbara não é contra a criação desse Município ou de outros municípios, é para proteger a dignidade da Casa. Então, a preocupação do Deputado Antônio Bárbara me parece absolutamente legítima. Para não ter nenhuma dúvida, nós somos favoráveis à criação desses Municípios. O Deputado Nereu quer criar os municípios, quem entende é ele que é o representante da Região; resta-nos curvarmos ante a vontade deste companheiro, que representava a vontade de moradores desses municípios. Agora, que devemos tomar cuidado para que não saia nada errado, como saiu a situação de Ângulo, isso nós deveremos ter cuidado, desmoraliza a Assembléia sem dúvida nenhuma.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra, como último orador inscrito o Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu quero me somar às palavras do nosso ilustre Líder do PRN, e quero aproveitar esse momento para trazer a este Plenário uma preocupação muito séria com relação à criação de novos municípios. Como é de conhecimento

desta Casa a nova Constituição do Estado do Paraná deixou para leis complementares a regulamentação da criação dos novos municípios, a partir da regulamentação da nova Constituição Estadual, a Lei Complementar n. 27 que regulamentava a criação de municípios ficou sem efeito, e o que existe hoje na verdade é que nós não temos mais uma lei complementar que regularmente a criação dos novos municípios. E é claro quero lembrar aos nobres Deputados que se um eleitor, de cada um desses municípios que foram criados entrarem com mandado de segurança a criação dos novos municípios estará prejudicada, por isso eu quero lembrar a este Plenário e a esta Assembléia a importância que existe que nós do Poder Legislativo do Estado do Paraná comecemos a votar urgentemente as leis complementares, e nós apresentamos um Projeto de Lei Complementar que procura regulamentar a criação dos novos municípios para acabar com esse vazio que ficou no processo jurídico da criação dos novos municípios. O Deputado Ferrari Júnior disse com toda clareza; ele, a Bancada do PRN e todos os Deputados desta Casa são favoráveis à criação dos novos municípios. Mas, aproveito esta oportunidade para lembrar a esta Casa a importância de nós urgentemente aprovarmos as leis complementares, sob pena de que pese sobre nossas costas a responsabilidade pela criação de novos municípios sem Lei que regulamente a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento do Deputado ...

O Sr. Antônio Bárbara - Senhor Presidente eu requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Deputado Antônio Bárbara após a Mesa anunciar o resultado Vossa Excelência poderá fazer o requerimento, nós estamos ainda em processo de votação do requerimento de Vossa Excelência.

Em votação o requerimento do Deputado Antônio Bárbara que propõe a retirada da Ordem do Dia do projeto de Lei n. 32/90. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão. Rejeitado.

O Sr. Antônio Bárbara - Requeiro Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Matéria vencida.

O Sr. Antônio Bárbara - Não é matéria vencida, o Senhor Presidente falou antes. Não Senhor.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Em atenção ao requerimento do Deputado Antônio Bárbara nós vamos fazer a Verificação de votação.

O Sr. Lauro Lobo Alcantara - Peço Chamada Nominal Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Em atenção ao requerimento do Deputado Lauro Lobo Alcantara o Sr. 1º Secretário procederá a Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Algaci Túlio) -
Procede Chamada Nominal.
(É procedida a chamada nominal)

O SR. 1º SECRETÁRIO - Vinte e sete dos Srs. Deputados presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicitamos que proceda à segunda chamada, Sr. 1º Secretário.
(É procedida a segunda chamada nominal)

O SR. 1º SECRETÁRIO - Vinte e sete dos Srs. Deputados presentes à Casa, Sr. Presidente.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Sr. Presidente, pela ordem.
Os Deputados Antônio Bárbara e Ferrari Júnior responderam à chamada?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Responderam à chamada.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há quórum para a votação, somente para prosseguimento da sessão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 74/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre as carreiras do corpo especial de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 92/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

93/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 74/89 (Mensagem n° 84/89, ex-Proposição n° 68/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J, por unanimidade, que autoriza o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, celebrar convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência da Tecnologia e da Cultura, visando a realização, pela Fundação, do Projeto "Processo Tecnológico para Obtenção de Suco de Maçã Concentrado utilizando rejeitos da Produção de Maçãs do Paraná." - Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 96/89 (Mensagem n° 100/89, ex-Proposição n° 77/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J, por unanimidade, ficam ratificados os Convênios e Termos Aditivos celebrados, respectivamente nas datas de 04.10.89, 25.09.89, 07.08.89, 25.07.89, 13.09.89, 10.07.89 e 13.09.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios de Rolândia, São João do Ivaí, Grandes Rios, Mangueirinha, Nossa Senhora das Graças, Ortigueira, São Mateus do Sul e Sertãozinho, objetivando a construção de prédios para Agências de Rendas nos referidos municípios. - Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 99/89 (Mensagem n° 122/89, ex-Proposição n° 90/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J, por unanimidade, ficam ratificados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios que especificam, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. - Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 70/90, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de BRAGANTINA, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com as divisas que especifica. - Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 94/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de NOVA SANTA BÁRBARA, com território desmembrado dos Municípios de Santa Cecília do Pavão e São Jerônimo da Serra, com sede e foro na localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. - Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 06/90, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São Miguel do Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Aparecidinha do Oeste, desmembrado de São Miguel do Iguaçu. - Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 07/90, de autoria dos Deputados GERNOTE KIRINUS e WERNER WANDERER, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Mercedes, desmembrado de Marechal Cândido Rondon. - Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 259/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de LIDIANÓPOLIS, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com divisas que especifica. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 259/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de LIDIANÓPOLIS, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas e confrontações:

"Começa na Barra do Ribeirão da Barra Preta, no Rio Ivaí, descendo por este abaixo, até a Barra do Ribeirão Guaritá, seguindo por este acima, pela cabeceira até a estrada que liga ao Município de Ivaiporã, subindo por esta estrada até encontrar a cabeceira do Ribeirão da Barra Preta e por este abaixo até a Barra do Rio Ivaí, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.85.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Lidianópolis está situada no Vale do Ivaí, região que vem apresentando um surto de desenvolvimento

dos mais marcantes nestes últimos anos, razão pela qual sua laboriosa população venha a aspirar a elevação de Lidianópolis à categoria de Município.

Região de intensa produção agrícola, com amplas possibilidades de encetar programas de natureza agro-industrial, dotada de população dinâmica, com capacidade de decidir sobre seus destinos.

A emancipação política de áreas como a de Lidianópolis constitui ato que por certo irá acelerar seu desenvolvimento em todos os setores de atividades.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 405/89, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que cria o Município de TUNAS, desmembrado do Município de Bocaiúva do Sul, com as divisas que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 405/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de TUNAS, constituído pelas áreas dos atuais Distritos Administrativos de Tunas e de Marquês de Abrantes, desmembrado do Município de Bocaiúva do Sul, "ad referendum" do plebiscito respectivo, com sede no Distrito de Tunas:

Art. 2° - As divisas do Município são as seguintes: com o Município de Bocaiúva do Sul: começa no Rio Pardo, na foz do Rio Uberaba, por este acima e depois pelo Rio Putunã, até sua cabeceira, alcançar a Serra da Bocaina e segue pela cumiada desta à divisa do Município de Cerro Azul; com o Município de Cerro Azul: da Serra da Bocaina segue pela cumiada do divisor de águas que afluem, de um lado para o Rio Ponta Grossa e Ribeirão Mato Preto e, de outro, para o Ribeirão do Rocha; com o Município de Adrianópolis: começa no Rio Pardo, na foz do Uberaba, sobe este até a foz do rio São Miguel e este até sua cabeceira mais alta, donde, em reta por uma linha seca, no sentido Leste-Oeste, alcança o Ribeirão do Pinhal, donde, em reta, também por uma linha seca, no sentido Leste-Oeste, alcança o rio São Sebastião, na foz do Ribeirão Tingüi, sobe por este até a foz do Ribeirão das Pedras, e este até a sua cabeceira, donde em reta, ainda por uma linha seca, no sentido Leste-Oeste, alcança a cabeceira do rio do Rocha; limites estes fixados respectivamente pelo Decreto-Lei n° 199, de 30 de dezembro de 1943, quanto às divisas com os Municípios de Bocaiúva do Sul e Cerro Azul; e Lei n° 4245, de 25 de julho de 1960, quanto à divisa com o Município de Adrianópolis, e que são mantidas para as divisas do Muni-

cípio ora citado.

Art. 3° - O Município de Tunas será instalado tão logo completada a investidura de seus primeiros mandatários.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.89.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Com a junção dos distritos de Tunas e Marquês de Abrantes para a criação do novo Município de Tunas, o Vale da Ribeira paranaense ganhará um importante centro promotor do seu desenvolvimento.

A localidade de Tunas, situada no eixo da antiga estrada de ligação entre São Paulo e o Estado do Paraná - a Estrada da Ribeira, vem registrando ultimamente um forte impulso de progresso com os extensos reflorestamentos que foram implantados na área, onde está surgindo uma indústria papaleira com capacidade para processar 500 toneladas de celulose por dia.

Ainda mais, o novo município concentra grandes explorações minerais, com base no calcário, mármore e outros aproveitamentos. A área possui um potencial turístico elevado abrigando a Gruta de Campinhos, localizada no Parque estadual do mesmo nome.

Seu potencial de aproveitamento será ampliado com a breve pavimentação da estrada da Ribeira - BR-476, cujo benefício já chegou até Bocaiúva do Sul e está projetado para ligar essa cidade de Tunas, numa distância de cerca de 30 km na direção da divisa paulista. Uma forte liderança comunitária expressada na CO-RIBEIRA vem defendendo a pavimentação da Estrada da Ribeira, estando o projeto concluído e pendente de autorização governamental para sua retomada no ano de 1990.

Não há dúvida que a emancipação, criando mais um município entre os territórios de Bocaiúva do Sul, Adrianópolis e Cerro Azul, dará mais impulso ao desenvolvimento da região do Vale da Ribeira paranaense, com o aproveitamento dessa área de serranias e minerais segundo sua melhor vocação e com respeito ao meio ambiente.

A sede municipal, localizada em Tunas, possui infra-estrutura básica e densidade populacional suficiente para abrigar o novo município, com proveito geral para o desenvolvimento e bem-estar de seus habitantes e do povo do Paraná.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 50/90, de autoria do Deputado ORLANDO PES-SUTI, que cria o Município de PIRAPÓ, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 03, de 20.02.90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 114/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (Of. 340/90), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 114/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O vencimento básico do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, fica fixado em NCz\$ 33.134,15 e será revisto na mesma data em que se modificar o dos Conselheiros, guardada a proporcionalidade desta lei.

Art. 3° - Aplicam-se aos inativos do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas os vencimentos definidos na presente lei.

Art. 3° - As despesas com a execução da presente lei serão atendidas pela dotação orçamentária própria, do Tribunal de Contas.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros vigoram a partir de 1° de janeiro de 1990.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, requerimento de n° 536, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Rubens Bueno, Pedro Tonelli e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Defiro, ressalvada a tramitação normal dos projetos. Ao Departamento Legislativo para os devidos fins.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 32, 74, 92 e 93/90, e dos Projetos de Resolução n°s 74, 96 e 99/89.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 70 e 94/90; e dos Projetos de Resolução n°s 06 e 07/90.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 259/85, 405/89, 50 e 114/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 132/90.

Levanta-se a sessão.